

# *Revista* 2005-2006 / n<sup>o</sup> 5 **SINESP** **Pedagógica**



**50 anos de Ensino Municipal revisitados**

**SINESP organiza  
cirandas de memórias  
e prepara publicação**

**E mais....**

➤António Nóvoa ➤Roberto Romano ➤César Nunes ➤Flavio Boleiz  
➤Fórum Educacional e Sindical 2006: "Para onde vai a Educação?"



# Reflexões sobre o papel da educação e do educador

*Foto: José Bergamini*



**Maria Benedita de Castro de Andrade, a Benê, fala durante o 10º Congresso do SINESP**

O ano de 2006, de lançamento da quinta edição da Revista Pedagógica do SINESP, coincide com o da comemoração dos cinquenta anos do Ensino Municipal de São Paulo.

A nossa cidade sempre foi vocacionada para o ensino. Teve como berço de fundação uma escola de jesuítas, e contou com o empenho cívico de um Mário de Andrade, que em 1935, como diretor do Departamento de Cultura do Município, inaugurou os primeiros Parques Infantis da cidade, para crianças de três a doze anos, garantindo a elas a oportunidade de brincarem, criando e recriando cultura.

Portanto, foram vinte e um anos de História, até que, no ano de 1956 houve a oficialização do sistema público de educação na cidade. Embora a educação na cidade não tenha começado há cinquenta anos, o ano de 1956 deve ser visto como um marco, pois oficializou a criação de um sistema público de educação na cidade. Vale lembrar que, em agosto daquele ano, através de três decretos, foram criados o Sistema Escolar Municipal, subordinado à Secretaria de Educação e Cultura, cem funções de Professor Primário e cento e dez Escolas Primárias Municipais. A Revista Pedagógica 2006 traz, como reportagem de capa, as "Cirandas da Memória", com as quais o SINESP comemorou este marco histórico dos cinquenta anos, ouvindo seus verdadeiros protagonistas: os educadores da Rede Municipal de Ensino.

Esta edição registra, também, três eventos importantes do calendário sindical, nos anos de 2005

e 2006: o 9º Congresso, com o tema "Ecopedagogia: Educação com Consciência Planetária – Compartilhando Significados do Cotidiano", o 10º Fórum Sindical e Educacional, com o tema "Para onde vai a Educação?" e o 10º Congresso, com o tema "Políticas Públicas de Educação: entre o discurso e a prática".

Como se vê, são temas oportunos e atuais, que aprofundam a reflexão sobre o papel da educação e do educador, num momento em que somos compelidos, pelos acontecimentos mundiais, a buscar relações mais solidárias, democráticas, que nos convidem a compartilhar valores, pois fica cada vez mais evidente que, como humanidade, temos um destino comum.

Uma tônica permeou as reflexões dos convidados aos eventos promovidos pelo SINESP no período: a necessidade de que o poder público cada vez mais anteveja os problemas, e encontre soluções que realmente atendam ao bem comum, através de respostas rápidas e eficazes.

Quanto ao SINESP, através do seu fazer sindical e pedagógico, pretende se colocar como uma ponte para um mundo mais feliz, em direção à valorização da educação e do ser humano. Você comprovará, filiado, pelos textos desta Revista, que há muitas pessoas, como nós, que acreditam ser isto possível. Boa leitura a todos!

*Maria Benedita de Castro de Andrade, Benê  
Presidente do SINESP*

# Expediente

## Diretoria

### Presidente:

Maria Benedita de Castro de Andrade

### Vice-Presidente:

Marisa Lage Albuquerque

### Secretário Geral:

Dinah Maria Barile

### Vice-Secretário Geral:

Ana Maria Dünkel Bonalumi

### Diretor de Administração Financeira:

Eliana Mandarinio G. Bonastre

### Vice-Diretor de

### Administração Financeira:

Yone da Silva Moreira

### Diretor p/ Assuntos de Legislação e

### Defesa dos Direitos dos Filiados:

Egle Prescher Iaconelli

### Vice-Diretor p/ Assuntos de Legislação

### e Defesa dos Direitos dos Filiados:

Carmem Beatriz Stroisch (licenciada)

### Diretor de Eventos Educacionais:

Marilva Silva Gonçalves Barsan

### Vice-Diretor de Eventos

### Educacionais:

Neuza Maria Canile Hartman

### Diretor Cultural:

Alairse Vivi

### Vice-Diretor Cultural:

Maria de Lourdes Martins

### Diretor de Imprensa:

Aparecida Benedita Teixeira

### Vice-Diretor de Imprensa:

Marilza Gomes da Gama e Silva

### Diretor de Políticas Sociais:

Solange Gonçalves de Lima (licenciada)

### Vice-Diretor de Políticas Sociais:

Marcia Sotero Filatro

### Diretor de Organização Sindical:

João Alberto Rodrigues de Souza

### Vice-Diretor de Organização Sindical:

Rosana Blasio Martins (licenciada)

### Conselho Fiscal

**Titulares:** Liege de Araújo Carnicelli;

Vera Silva Ferreira e Maria Aparecida

Gonçalves de Araújo

**Suplentes:** Mabel Skiet do Nascimento;

Márcia Regina de Jesus Magdaleno e

Erotides Pires de Amorim

## Produção

### **Redação, Edição e Diagramação:**

José Bergamini

### **Transcrições dos textos e redação:**

Marilza G. Gama e Silva

### **Jornalista responsável:**

José Bergamini - MTB 23.668

### **Impressão: Design Editora e Gráfica**

Tir.: 4000 exemplares

## Apresentação

Revista Pedagógica.....03



## Estiveram entre nós

Palestrantes dos eventos do SINESP.....05



## Cirandas da Memória

50 anos do Ensino Municipal.....07



## Prof. Dr. António Nóvoa

Políticas Públicas de Educação:

Entre o Discurso e a Prática.....08



## Prof. Dr. Roberto Romano

“Ecopedagogia: educação com consciência planetária, compartilhando significados do cotidiano”.....18



## Prof. Dr. César Nunes

Educar para a emancipação: humanizar os saberes e educar os afetos na escola do terceiro milênio.....24



## Prof. Flavio Boleiz Jr.

“Ecopedagogia: marco ético para o cotidiano escolar”.....30



## Fórum Educacional e Sindical 2006

Para onde vai a Educação?.....30



**SINESP - Sindicato dos Especialistas de Educação do Ensino Público Municipal de São Paulo**

Pça. Dom José Gaspar, 30, 3º andar Centro - CEP 01047-010

Tel. 3255 9794 - sinesp@sinesp.org.br - www.sinesp.org.br



# *Veja quem esteve entre nós em eventos de 2005 e 2006*



## **Prof. Dr. Roberto Romano**

Dr. em Filosofia Política – École des Hautes Études en Sciences Sociales/Paris, Prof. Titular de Departamento de Filosofia no Inst. de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp - Pesquisador do CNPq, Assessor Ad hoc da FAPESP, da Capes e do CNPq - Autor de artigos e livros, entre eles “O Caldeirão de Medéia”.



## **Prof. Luiz Carlos de Oliveira**

Mestre em Educação PUC/SP – Prof. de Filosofia e Coordenador Pedagógico da Rede Pública – Educador e Coordenador do Movimento da Escola Cidadã – Instituto Paulo Freire – Pesquisador na área de Ecopedagogia.



## **Profª. Fátima Camargo**

Mestre em Educação USP - Formada em História e Pedagogia - Sócio fundadora e docente do Espaço Pedagógico - Autora e organizadora de várias publicações.



## **Prof. Flávio Boleiz Jr.**

Pedagogo e Mestrando em Educação pela FEUSP/SP – Prof. dos cursos de Pedagogia e Letras das Fac. Morumbi Sul e Albert Einstein de São Paulo – Educador do Movimento da Ecopedagogia pelas Organizações: Associação Verde Vida e Inst. Harmonia da Terra – Coord. do Grupo de Trabalho de Ecopedagogia da FEUSP.



## **Dr. Sérgio Antonio Martins Carneiro**

Médico com Especialização em Medicina do Trabalho e Saúde Pública – Mestre em Saúde Pública, Fac. Saúde Pública /USP – Foi Diretor da Div. de Vigilância Sanitária do Trabalho, da Secr. de Estado da Saúde e do Dep. de Saúde do Trabalhador, da Prefeitura de São Paulo.



## **Profª. Drª. Gisela Wajskop**

Drª em Metodologia de Ensino e Educação Comparada/FEUSP – Mestre em Educação Brasileira/PUC-SP – Assessora e Consultora em Educação e Membro do Conselho Consultivo da Revista Pátio e colaboradora da Nova Escola – Ex-coordenadora de Educação Infantil do MEC, tendo coordenado o Referencial Curricular Nacional Para a Educação Infantil – Autora de vários livros.



**Profª Franciele Busico Barozzi**

Mestranda do Programa de Educação, Histórica, Política, Sociedade da PUC/SP – Bacharel em Comunicação Social – Pedagoga pela UNG – Docente e orientadora pedagógica do ISESP, Curso Normal Superior Singularidades.



**Prof. Edmilson de Castro**

Formado em História – Coordenador Pedagógico do Colégio São Domingos, PUC-SP – Professor do Espaço Pedagógico e Assessor de Secretarias de Educação



**Prof. Dr. Edgard de Assis Carvalho**

Dr. em Antropologia pela UNESP – Prof. de Antropologia e de Pós-graduação da Faculdade de Ciências Sociais, PUC-SP - Pesquisador do Núcleo de Estudos da Complexidade (Complexus / PUC-SP) – Autor de vários livros e artigos



**Prof. Alessandro de Oliveira Campos**

Psicólogo – Pesquisador do CNPq – Facilitador Professor do Programa de Formação em Valores, Ética e Cidadania da Associação Palas Athena – Membro do Fórum Paulista do Movimento da Luta Antimanicomial



**Dr. João Figueiró**

Médico Clínico e Psicoterapeuta do Hospital das Clínicas da FMUSP – Coordenador do Programa Nacional de Educação em Dor e Cuidados Paliativos da Associação Médica Brasileira e Proponente e Assessor do Ministério da Saúde para o Programa - Proponente do Grupo de Trabalho Primeira Infância e Cultura e Paz



**Prof. Dr. Marcos Ferreira Santos**

Livre-docente em Cultura e Educação, FEUSP - Prof. de Mitologia Comparada – Colaborador do CICE, Centro de Estudos do Imaginário, Cultura e Educação–USP/ CRI/France

### **Prof. Dr. César Nunes**

Doutor em Educação, UNICAMP - Prof. do Departamento de Filosofia e História da Educação, UNICAMP - Coordenador-executivo do Grupo de Estudos e Pesquisas em Filosofia e Educação PAIDÉIA - Consultor de revistas e instituições de pesquisas nacionais e internacionais - Prof. colaborador da Universidade do Estado do Paraná, Universidade do Estado de Santa Catarina, Universidade Federal do Amazonas e Universidade do estado do Rio de Janeiro, entre outras  
- Autor de 17 livros e de mais de 30 artigos científicos



### **Prof. Dr. Jaime Pinsky**

Dr. e Livre docente em História (USP) - Foi professor na UNESP, na USP e na UNICAMP, Fundou e é Sócio Diretor e Editor da Editora Contexto - Escreve para jornais e revistas do país e coordena as atividades universitárias e educacionais da Bienal do Livro de São Paulo



### **Dr. Koshiro Otani**

Médico do trabalho e médico sanitaria - Coordenador da Área da Saúde do Trabalhador da Secretaria de Estado da Saúde



### **Dr. Edson Ricardo Saleme**

Doutor em Direito do Estado pela USP - Pós-graduado em Direito Internacional Privado, Hague Academy of International Law



### **Profª. Drª. Emília Cipriano Sanches**

Doutora em Educação (PUC/SP) - Mestre em Psicologia da Educação (PUC/SP) - Pedagoga e Assistente Social - Coordenadora da Consultoria e Assessoria Educacional Aprender a Ser - Membro do Grupo Gestor do Fórum Paulista de Educação Infantil - Pesquisadora da Infância e autora de várias publicações



### **Prof. Artur da Costa Neto**

Formado em Filosofia e Pedagogia pela Medianeira, em Direito pela PUC-SP e em Administração Pública pela GV - Pós-graduação em Supervisão, Currículo e Gerontologia pela PUC-SP - Professor da Faculdade de Educação, PUC-SP - Professor da Faculdade de Artes Plásticas da FAAP - Diretor do SINPRO, Sindicato dos Professores de São Paulo - Conselheiro do Conselho Municipal de Educação de São Paulo





**Profª. Maria Júlia Azevedo Gouveia**

Psicóloga e Mestre em Educação, USP - Presta assessoria na formulação de planos e políticas sociais corporativas - Coordenadora da Área de Educação & Comunidade do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária, CENPEC



**Profª. Drª. Maria Helena Galvão Frem Dias-da-Silva**

Psicóloga e Mestre em Psicologia Escolar, USP - Doutora em Educação, FEUSP - Docente da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, UNESP



**Dr. Içami Tiba**

Médico pela Fac. de Medicina de USP e Psiquiatra pelo Hospital das Clínicas da FMUSP - Professor/Supervisor de Psicodrama de Adolescentes pela Federação Brasileira de Psicodrama - Professor de diversos cursos e workshops no Brasil e no exterior - Autor de vários livros



**Profª. Drª Guiomar Namó de Mello**

Doutora em Educação pela PUC/SP - Pós-doutorado em Educação Comparada pelo Instituto de Educação da Universidade de Londres, Inglaterra - Foi membro do Conselho Nacional de Educação - Dirige a EBRAP, Escola Brasileira de Professores)



**Prof Dr. António Nóvoa**

Doutor em Ciências da Educação pela Universidade de Genebra  
Doutor em História pela Universidade de Paris IV-Sorbonne - Reitor da Universidade de Lisboa - Professor Catedrático da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa



**Prof Dr. Gilles Brougère**

Filósofo, Sociólogo, Dr. em Educação e Pesquisador francês  
Prof. de Ciências da Educação na Universidade Paris Nord e autor dos livros: Jogos e Educação (Artmed) e Brinquedo e Cultura (Cortez)





# “CIRANDAS DA MEMÓRIA”

**Tantas histórias para contar...”**

**Evento Comemorativo dos 50 anos  
do Ensino Municipal de São Paulo**

(...)

*“A história do homem é pitoresca*

*As datas*

*brinquedos de pesquisadores*

*Quando Deus criou o mundo*

*criou junto a bicicleta e o caminho relvado  
onde Jonathan me espera para esta bela seqüência:*

*à passagem dos amantes*

*o capim florido estremece.”*

*(Adélia Prado)*

Com direito a muitos abraços, encontros e, sobretudo, muitas lembranças, aconteceu, entre os dias 7 e 11 de agosto de 2006, na sede do SINESP, o evento “Cirandas da Memória”.

Em cada dia, houve uma festa diferente. O SINESP recebeu grupos de educadores que vieram relatar histórias e acontecimentos, guardados na sua memória profissional e afetiva, sobre a trajetória histórica do Ensino Municipal da nossa cidade.

Quantas emoções, quantas lembranças, perdidas no tempo dos homens e registradas ao sabor do simples contar!

## Por que tudo isto?

Para lembrar os 50 anos do Ensino Municipal de São Paulo.

Na verdade, este evento não termina aqui. É o meio de uma outra história. Trata-se de um projeto do SINESP, coordenado pelo Professor Antonio Gil Neto, que vai muito além de uma comemoração.

Vale informar que as “Cirandas da Memória” fazem parte de um projeto que começou em 2005, com a diretoria do SINESP e em fevereiro de 2006 contou com o apoio de um grupo de dez educadores filiados.

Num primeiro momento, aconteceram oficinas de leitura, produção e reflexão sobre o gênero memória. Em seguida, foram feitas algumas pesquisas sobre o tema que instigava e direcionava o grupo a uma intenção maior: a escrita e publicação de histórias vividas por educadores que fizeram o Ensino Municipal, desde a sua implantação até os dias de hoje.

Assim, o grupo de trabalho enveredou pela história oficial registrada





### A Ciranda de Memórias começou com uma ciranda de pessoas

e pelo emaranhado de sua legislação, com o intuito de resgatar temas, idéias que instigassem a memória dos educadores com histórias para contar.

Assim, em meio a todo este processo, surgiram as “Cirandas da Memória”...

Com o objetivo de coletar as vozes dos educadores, personagens reais de toda esta história, o SINESP colocou mãos à obra: dia após dia, grupos de educadores se inscreveram para fazer parte desta festa.

Em meio às cirandas, aos panôis temáticos emoldurados com colagens de flores e fios, a um delicioso café, à alegria do reencontro e da amizade acordada, cada um entrou na roda e relembrou acontecimentos apaixonados, tristes, poéticos...

A câmera foi registrando tudo, tim-tim por tim-tim: as vozes embargadas, os sonhos vividos, os

acontecimentos mais pitorescos, matizes da história oficial nunca considerados e, agora, marcos de um testemunho histórico.



... tantas histórias para contar ...

## E agora?

Agora... temos muito trabalho pela frente. A comemoração dos 50 anos do Ensino Municipal mal começou...

Agora, o grupo irá estabelecer um diálogo entre a pesquisa oficial e os relatos apaixonados. Com a autoria que lhe dá a liberdade para criar, brotarão personagens que recontarão, no mundo da ficção, histórias sobre o Ensino Municipal de São Paulo.

Assim, logo poderemos abrir outra ciranda: a ciranda da leitura dessas memórias, que chegarão às mãos dos educadores das nossas escolas como um comemorativo presente, que seja também um documento histórico, capaz de suscitar outros matizes, favorecendo uma reflexão sobre a história oficial.

# O SINESP agradece a você...

... que compareceu às “Cirandas da Memória”. Ressaltamos a importância dos relatos dos educadores. Sem eles, nada poderia ser feito.

Através das histórias, os participantes do projeto puderam resgatar o tempo, observar os avanços ocorridos no movimento sindical, as conquistas realizadas na educação, as lutas empreendidas pelos educadores, e verificar ainda o quanto falta para conquistar.

Com certeza, ainda haverá muitas histórias para serem contadas. Sabemos disso, e apostamos no eco e na sintonia das vozes que aqui vieram. O Projeto Memórias, desencadeado pelo SINESP, fica de coração aberto para aqueles que queiram contribuir com algum testemunho escrito, ou algum documento comprobatório.

Esperamos que ainda venha outra festa por aí: a festa da publicação destas histórias, com a promessa de um novo reencontro, outra ciranda que começará...

Fotos: José Bergamini



**O Prof. Gil, organizador das Cirandas, observa a narração de uma filiada**



**Educadores de todas as épocas vieram contar suas histórias**



**Descontrair para lembrar, falar e se emocionar**



# “Políticas Públicas de Educação: entre o discurso e a prática”

Foto: Fernando Cardozo



Prof. Nóvoa entre as Diretoras do SINESP Marilva e Eliana

Transcrição de  
palestra proferida  
no 10º Congresso  
do SINESP-2006

Prof. Dr.  
António  
Nóvoa

Doutor em Ciências  
da Educação pela  
Universidade de  
Genebra;

Doutor em História pela  
Universidade de Paris  
IV-Sorbonne;

Reitor da Universidade  
de Lisboa;

Professor Catedrático  
da Faculdade de  
Psicologia e de Ciências  
da Educação da  
Universidade de Lisboa.

## 1. Sobre dilemas e um certo cansaço

**A**s minhas primeiras palavras são para agradecer ao SINESP, a colegas com quem tenho mantido um diálogo tão estimulante, este convite para intervir no 10º Congresso. Para mim é um enorme prazer poder dialogar convosco, mas é sobretudo um momento-forte da minha vida académica.

Estes encontros são essenciais para mim, para a minha compreensão dos problemas educativos, para a minha reflexão. Desejo que possamos alimentar-nos uns aos outros nesta procura, nesta busca permanente de um caminho que nos caracteriza como educadores.

Ao preparar esta viagem ao Brasil decidi, pela primeira vez, colocá-la sob o signo dos **dilemas**, sob o signo de uma interrogação dilemática, de uma interrogação em que há sempre vários caminhos, em que é preciso que cada um de nós, com base nos seus conhecimentos e nas suas convicções, com base na sua experiência e na sua intuição, tome uma decisão.

Enfrentar um dilema é decidir e decidir sabendo que é necessário definir prioridades, que não se pode fazer tudo ao mesmo tempo e que, em cada momento, em cada situação educativa, há que decidir – melhor dizendo, há que deliberar, porque a deliberação é uma decisão informada por valores, por princípios éticos, por uma responsabilidade que nos compete como educadores.

Qual a razão que me leva a falar-vos a partir de dilemas? A razão é um certo cansaço, confesso-vos. O cansaço daqueles que têm respostas prontas para tudo, o cansaço de tantas e tantas teorias, tantas vezes dogmáticas, que se sucedem no campo da educação



e da pedagogia, o cansaço dos jornalistas, de alguns políticos, de colonistas, de tanta gente que tem a solução milagrosa para os problemas da educação.

Face a estes super-homens, sempre com uma solução na mão, que sabem tudo e que se permitem dar lições sobre tudo, sinto-me, sinceramente, como Fernando Pessoa num dos mais belos poemas que nos deixou:

*Nunca conheci quem tivesse levado porrada.*

*Todos os meus conhecidos têm sido campeões em tudo.*

*Toda a gente que eu conheço e que fala comigo*

*Nunca teve um ato ridículo, nunca sofreu enxaalho,*

*Nunca foi senão príncipe – todos eles príncipes – na vida...*

*Quem me dera ouvir de alguém a voz humana*

*Arre, estou farto de semideuses!*

*Onde é que há gente no mundo?*

Ao falar-vos de dilemas, quero confessar-vos, com humildade, as minhas dúvidas, as minhas hesitações. Eu não tenho respostas prontas, muito menos receitas, mas não desisto de pensar, não desisto de partilhar convosco as minhas reflexões, e de procurar em conjunto respostas para problemas que existem não apenas no Brasil, mas em todo mundo!

Não me resigno à idéia de uma escola medíocre, incapaz de conduzir às crianças ao conhecimento e à cultura. E não abduco de lutar por uma escola mais justa, mais humana, mais solidária.

É com esta estranha mistura de sentimentos que me dirijo aos Especialistas de Educação aqui presentes.

Depois de ler o tema do vosso Congresso – Políticas Públicas de Educação: entre o discurso e a prática – recordei-me de uma palestra que realizei aqui em São Paulo, na USP, em 1999, com um título parecido – Do excesso dos discursos à pobreza das práticas – e decidi revisitar esta palestra, procurando ver o que se mantém e o que se alterou nestes sete anos.

A palestra da USP era mais especificamente sobre os professores, mas procurarei revisitá-la, a partir dos nossos dilemas atuais quanto ao rumo das políticas públicas de educação.

1. Do excesso dos discursos políticos à pobreza das práticas políticas

A minha primeira reflexão, na palestra da USP, dirigiu-se ao excesso dos discursos políticos (excesso de exigências e de missões da escola) e ao mesmo tempo à pobreza das políticas concretas, designadamente no apoio à escola pública.

Naquela ocasião, em 1999, interessou-me especialmente a articulação de dois discursos que, num aparente paradoxo, tendem a juntar um forte liberalismo com um forte autoritarismo.

Quando se olha para a realidade mundial, percebe-se um desenvolvimento sem precedentes de processos de privatização da educação, legitimados numa ideologia liberal ou neo-liberal:

- quer seja através das chamadas políticas de escolha, os cheques-ensino, através dos quais os Estados deixam de financiar as escolas e passam a financiar os alunos, que podem escolher a escola, pública ou privada, que pretendem frequentar;
- quer seja através da atribuição à

gestão privada de largos setores da educação (políticas bem patentes no Reino Unido);

•quer seja através do que designamos políticas comunitaristas, que colocam as escolas sob a alçada das comunidades locais.

Mas, ao mesmo tempo, há tendências de grande autoritarismo:

•quer na gestão dos sistemas de ensino, como por exemplo, a idéia de que é preciso que o poder público nomeie diretores de escola que tenham grande autoridade;

•quer na forma de lidar com os professores;

•quer no modo de encarar a relação pedagógica com as crianças, como a idéia de que é preciso assegurar a “ordem” e os “valores” e de que isso se faz através de meios coercivos e repressivos.

A junção destas duas tendências, liberalismo e autoritarismo, tem conduzido a acentuar as clivagens, as distâncias, entre os países ricos e os países pobres (**a escola dos países ricos tem vindo a melhorar e a dos países pobres a piorar, segundo todas as estatísticas internacionais**). Tem vindo, também, a cavar um maior fosso no interior de cada país, entre as escolas favorecidas (**quase sempre as escolas privadas ou com gestão privada**) e as escolas mais pobres (**quase sempre escolas públicas**).

O que hoje se torna claro é que as tendências políticas que eu denunciei em 1999, na USP, têm contribuído, de fato, para a consolidação de duas escolas: uma escola para cada mundo social, com a escola pública a ser remetida para um papel cada vez mais social e cada vez menos a

assumir o seu papel na promoção do conhecimento.

É este ponto, do qual eu não me tinha apercebido ainda com tanta clareza em 1999, que se transforma hoje num **dilema** para os educadores. Vou tentar explicá-lo com a maior clareza possível, mesmo correndo o risco de algum simplismo.

A emergência, nos últimos anos, de uma retórica sobre a “sociedade do conhecimento” veio dar à escola uma nova centralidade nos discursos sociais e políticos. Em pouco tempo esta centralidade juntou-se com uma evolução, que se tinha sentido na segunda metade do século XX, para atribuir à escola muitas missões que antes tinham estado na esfera da sociedade e das famílias.

Os educadores foram aceitando de bom grado estas missões: por um lado, porque entendiam que elas faziam parte de um programa de educação que não se reduzia ao ensino e aos saberes estritamente escolares; por outro lado, porque isso contribuía também para o seu prestígio... até que esta inflação de missões se tornou insuportável. Porquê?

Porque é impossível fazer tudo... e fazer tudo bem. A escola afundou-se num excesso de missões, onde tudo parece importante e é difícil estabelecer prioridades. A escola e os professores transformaram-se em bodes expiatórios das incapacidades da sociedade para lidar com os novos problemas educativos do século XXI.

Criou-se, então, uma situação de grande mal-estar, na qual vivemos hoje, que tem levado a uma grande confusão na definição das políticas, confusão nas missões da escola, confusão nas prioridades do trabalho escolar.

A minha resposta para este dilema passa pela necessidade de valorizar as aprendizagens escolares, passa por recentrar a escola na aprendizagem.

Isto quer dizer que devemos esquecer todas as outras missões da escola, as missões sociais, o desenvolvimento harmonioso das crianças, a criatividade, a formação de cidadãos de corpo inteiro, etc. etc.? Não, não devemos esquecer estas missões, mas devemos submetê-las, subordiná-las à missão primeira, que se prende com a aprendizagem.

Por uma razão muito simples: porque nas novas “sociedades do conhecimento”, contrariamente às sociedades industriais do século XX, o conhecimento é o principal fator de inclusão/exclusão social. A escola não pode, pois, esquecer este ponto e deverá tudo fazer para colocar a aprendizagem no centro, no cerne, das suas preocupações e do seu trabalho.

A aprendizagem de que vos falo implica, obviamente, o desenvolvimento da pessoa, do ser humano, implica o bem-estar das crianças. É uma “nova aprendizagem” que estudos recentes da ciência têm vindo a iluminar. Envolve emoções, consciência, complexidade, imprevisibilidade... conceitos que estão no centro de novas abordagens científicas, mas que não temos trazido para dentro das escolas.

É preciso afirmar que à escola compete a aprendizagem e que muitas das missões que hoje lhe são atribuídas devem ser realizadas num espaço público que é um espaço mais amplo do que o espaço da escola.

A diferença entre Escola e Espaço Público da Educação conduz-me ao segundo dilema, que

se prende diretamente com o discurso comunitarista, isto é, com a forma como é encarada a presença das comunidades locais na escola.

## 2. Do excesso dos discursos comunitários à pobreza das práticas comunitárias

A reflexão sobre este segundo ponto é muito difícil e complexa. Serei obrigado a simplificar um tema que é de enorme complexidade.

Hoje em dia, há dois discursos excessivos sobre a presença das comunidades locais na escola. Em 1999, eles não estavam ainda muito nítidos na minha cabeça. Mas hoje vejo que eles correspondem a dois desvios que têm influenciado negativamente as políticas públicas de educação.

O primeiro deles é a estranha mistura dos discursos da privatização do ensino, com alguns discursos fundamentalistas religiosos e até com uma apropriação, altamente problemática, das teses do multiculturalismo e do respeito pelas culturas de origem das crianças.

Essa “mistura” tem contribuído para sublinhar o papel das famílias e das comunidades. Por exemplo: alguns grupos fundamentalistas sugerem que a teoria da evolução de Darwin seja eliminada do programa, por se encontrar em contradição com os valores e as culturas das comunidades locais.

Esta “mistura” tem, também, contribuído, frequentemente,



para fechar as crianças nas suas comunidades de origem, impedindo-as, pelas mais diversas razões (a religião, a violência, a sexualidade, etc.) de freqüentarem escolas onde coexistam diferentes crianças, de diferentes grupos sociais, de diferentes origens, de diferentes culturas.

A idéia de uma escola “coerente” e próxima da cultura e dos valores de cada grupo social é, talvez, a mais nefasta consequência do comunitarismo na educação, pois põe em causa um dos alicerces históricos da escola para todos, a idéia da presença de todos numa mesma instituição, a idéia do convívio social, da aprendizagem de um diálogo entre todos os grupos sociais.

No dia em que cada comunidade, em que cada grupo social, tiver a sua própria escola, baseada nos seus valores e ideologias, as coisas serão, talvez, mais fáceis e tranquilas! Mas ter-se-á perdido, definitivamente, uma das principais razões de ser da escola – e em particular da escola pública.

Posso dizer-vos que, em muitos países, esta fronteira está quase a ser ultrapassada. É preciso que nos lembremos que a escola não é um serviço, mas sim uma instituição.

O segundo desvio do comunitarismo, menos grave do que este primeiro, mas ainda assim problemático, tem origem numa curiosa ambigüidade. As famílias estão hoje mais conscientes das suas responsabilidades educativas, mas têm menos tempo e menos disponibilidade para as exercerem. Então, tem-se desenvolvido uma tentativa de controle da escola por parte dos pais, com tendências preocupantes no que diz respeito à autonomia profissional dos

professores.

Como agir face a estes desvios? É o meu segundo dilema, que partilho agora convoco. Na minha opinião, é preciso separar a escola e o espaço público da educação. Eu sei que esta separação não é fácil e talvez nem seja possível, mas, ainda assim, argumentarei em seu favor com uma frase: à escola o que é da escola, à sociedade o que é da sociedade.

À escola o que é da escola – isto é, tudo o que diz respeito às aprendizagens escolares, ao conhecimento, ao método, ao estudo, ao desenvolvimento a partir da ciência, da cultura, da arte. Isto é, uma escola centrada na aprendizagem, uma escola que faz do conhecimento e da sua apropriação pelas crianças a sua principal preocupação, a sua principal missão.

À sociedade o que é da sociedade – isto é, tudo o que diz respeito ao bem-estar das crianças, à sua alimentação, ao seu desenvolvimento infantil, à ocupação dos seus tempos livres. Isto é, tudo o que diz respeito às dimensões sociais, à vida social das crianças.

Eu sei que esta separação é difícil, e que a escola não pode renunciar a um conjunto de missões sociais. Mas eu recuso-me a aceitar a idéia de uma escola centrada na aprendizagem para os ricos e de uma escola pública centrada em missões sociais para os pobres.

Eu sei que é difícil a missão que temos pela frente. E que não será fácil alterar tantos e tantos anos de equívocos e de demissões. Mas acredito que este deve ser o nosso objetivo. Se o traçarmos, agora, isto nos ajudará numa série de



pequenas decisões, que na verdade são grandes decisões, sobre a identidade dos professores, sobre a avaliação dos alunos, sobre a importância das aprendizagens escolares.

Chegamos a um ponto em que não é possível continuar a pedir tudo à escola e continuar a responsabilizá-la por tudo. É preciso fazer alguma coisa. E, na minha opinião, o caminho é chamar a sociedade às suas responsabilidades, concebendo políticas e estratégias que responsabilizem a família e as comunidades por este “espaço público da educação”, liberando a escola para um reforço das aprendizagens. Seremos capazes? Conseguiremos inverter o rumo das coisas e abrir finalmente a escola à contemporaneidade, às sociedades do conhecimento e da inovação?

### 3. Do excesso dos discursos dos especialistas à pobreza das práticas dos especialistas

Na minha palestra da USP, em 1999, falei de um terceiro discurso excessivo que, infelizmente, se tem traduzido, tal como os anteriores, numa grande pobreza de práticas: o discurso dos novos especialistas da educação.

Eu sei que estou a entrar num terreno problemático, falando no Congresso de um “Sindicato de Especialistas do Ensino”, mas o conceito de especialistas abrange, na minha argumentação, um leque mais vasto de profissionais.

Talvez seja possível dividi-los em três grandes grupos:

- O primeiro grupo é composto pelos especialistas das grandes organizações internacionais (Unesco, OCDE - Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico, Banco Mundial, União Europeia, etc.) que, nas últimas décadas, conheceram uma enorme expansão. São pessoas com origens diversas, ainda que a formação em Economia seja preponderante, que têm influenciado profundamente a agenda dos debates sobre educação.

- O segundo grupo é constituído pelos professores universitários, sobretudo da área da Pedagogia e das Ciências da Educação, disciplinas que se desenvolveram muitíssimo nas últimas décadas e que têm influenciado as reformas educativas, particularmente no campo da formação de professores.

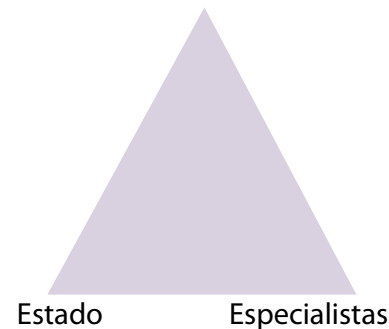
- E, finalmente, o terceiro grupo, aquele em que se incluem os membros deste Sindicato, constituído por professores que se especializaram em determinadas áreas (da gestão, da direção, da supervisão, etc.).

Estes diferentes grupos de especialistas – cada um à sua maneira – têm também, muitas vezes, um discurso excessivo sobre a escola e os professores, mas as suas práticas concretas nem sempre se revelam estimulantes e transformadoras.

Deixem-me retomar, aqui, uma análise, a partir do jogo de *bridge* e da conhecida fórmula do “lugar do morto”. Vou utilizá-la para interrogar as relações de PODER e SABER que existem no campo educativo.

A ligação entre o Estado e os especialistas, *relegando os professores para o lugar do morto*,

PODER  
Professores



faz-se muitas vezes no momento das reformas, quando se trata de introduzir mudanças no nível macro do sistema (novos programas, novas regras de avaliação, formas de controle do trabalho dos professores, etc.).

A ligação entre o Estado e os professores, *relegando os especialistas para o lugar do morto*, tende a verificar-se em momentos mais conservadores, com um funcionamento mais administrativo ou mesmo burocrático.

A ligação entre os especialistas e os professores, *relegando o Estado para o lugar do morto*, dá-se frequentemente em momentos de valorização da autonomia das escolas e de processos de inovação ao nível micro, no plano das experiências escolares concretas. (veja a ilustração na próxima coluna).

Saber experiencial: experiência, reflexão, ação sensata, conhecimento, conhecimento tácito, etc.

Saber disciplinar: disciplinas

Foto: Fernando Cardozo





científicas, escolares, etc. (Matemática, Língua Portuguesa, etc.).

Saber especializado: currículo, direção, supervisão, avaliação, etc.

Estamos perante mais um **dilema**, o terceiro, que escolhi hoje partilhar convosco. O perigo é óbvio. Ele reside na ocupação, pelos “especialistas”, de um saber que antes pertencia aos professores. Num tempo caracterizado pela idéia do professor reflexivo, seria uma ironia que o desenvolvimento de especialistas diversos, no plano nacional e internacional, dentro e fora da Universidade, contribuisse para uma “menorização” dos professores e dos seus saberes.

Face a este dilema, é preciso dizer que muitos dos discursos excessivos das organizações internacionais (sobre a qualidade do ensino, ou sobre a monitorização

das escolas, ou sobre os resultados dos alunos) não se têm traduzido em práticas consistentes de apoio ao trabalho dos professores.

É preciso dizer, também, que os discursos de muitos especialistas, em particular os universitários, tendem por vezes a desvalorizar a profissionalidade docente, contribuindo para acentuar as dificuldades que eles sentem para lidar com uma profissão altamente desgastante e complexa.

Mas é verdade – e importa sublinhá-lo devidamente – que quando se consegue uma relação equilibrada e cooperante entre professores e especialistas, que quando se conseguem mobilizar forças e energias em torno de determinadas experiências pedagógicas, esta aliança é extraordinariamente importante e tem dado frutos. Ela constitui uma das respostas mais importantes para os desafios da escola do século XXI.

## 4. Do excesso do discurso dos professores à pobreza das práticas pedagógicas

Na USP, em 1999, falei do excesso do discurso dos próprios professores e da pobreza de muitas práticas pedagógicas. Permitam-me que termine esta intervenção, revisitando este último ponto...

O que mudou na minha reflexão, entre 1999 e hoje, é que estou ainda mais convencido do que já estava sete anos atrás de que os professores estão perdidos no meio de tantas missões. Funcio-

nam muitas vezes individualmente, sem apoios, e procuram fazer o melhor possível, em ambientes muito difíceis. São arrastados, ou deixam-se arrastar, por tarefas assistenciais, ou para tarefas de guarda e de entretenimento de crianças, sem se conseguirem centrar, e concentrar, verdadeiramente nas tarefas da aprendizagem escolar.

Conheço centenas, milhares de professores que têm uma dedicação notável, um grande empenho, coragem até, que procuram atender e cuidar o melhor possível das crianças, mas – e perdoem-me este *mas* – que revelam grandes dificuldades no trabalho escolar propriamente dito.

Que fazer perante este dilema?

Julgo que precisamos construir um ambiente mais rico, do ponto de vista das aprendizagens escolares. E este ambiente implica, na minha opinião, três mudanças que se revelam complicadas:

- A primeira mudança, óbvia, passa pela valorização das aprendizagens e dos resultados escolares dos alunos. O maior fracasso da pedagogia ao longo de século XX terá sido, provavelmente, a incapacidade de cumprir a promessa de uma diferenciação pedagógica, isto é, de pedagogias capazes de atender alunos diferentes de modos diferentes, levando-os à aprendizagem de um “patamar comum” de conhecimentos.

- A segunda mudança diz respeito à cooperação. Ninguém pode obrigar ninguém a colaborar. Mas, no plano profissional, esta colaboração, o trabalho em equipe, é hoje uma condição essencial para resolver problemas de tão grande complexidade. A colaboração é difícil, particularmente



numa profissão como a nossa, mas é absolutamente indispensável. E isso exige ousadia e confiança: confiança em nós, confiança nos nossos colegas, confiança nos especialistas que nos podem apoiar. E exige também, nunca o esqueçamos, condições (horários de trabalho, recursos, salas, etc.) que muitas vezes não existem nas nossas escolas.

- A terceira mudança passa pela necessidade de admitirmos que nas escolas, como em todas as profissões, existem lideranças que devem ser devidamente reconhecidas. Os professores não são todos iguais, como não são todos iguais os médicos, os arquitetos, os artistas. A existência de lideranças, reconhecidas por seus pares, é um elemento central das melhores experiências escolares.

Aqui ficam três respostas para um dilema que não pode deixar de nos interpelar. Como é possível que, após tantas e tantas teorias, tantos e tantos anos de experiências, de livros, de ensaios, de métodos, de programas de formação, as práticas pedagógicas de muitas das nossas escolas continuem a ser tão pobres?

## Concluindo...

Foi talvez insensato querer abordar tantos assuntos num tempo tão curto. Tenho a sensação de que os temas ficaram apenas aflorados e insuficientemente explicados e argumentados.

Ao situar esta minha fala numa lógica dilemática, quis explicar que não há soluções ideais, soluções que não comportariam riscos ou dificuldades. Um dilema é isto

mesmo: uma opção entre várias alternativas, sabendo que todas elas contêm aspectos problemáticos. Mas o pior de tudo, seria não decidir e continuar a alimentar tantos equívocos, continuar essa inflação de discursos sobre a escola: inflação no plano do discurso político, mas também no discurso das famílias e das comunidades locais, e ainda do discurso dos diferentes especialistas, e finalmente o excesso do discurso dos professores.

E face a estes discursos tão excessivos que se traduzem em práticas políticas, comunitárias, especializadas e pedagógicas tão pobres, é preciso ter a coragem de agir. Não há nada pior do que a indiferença e a resignação.

Não vale a pena alimentarmos uma visão idílica da escola, evitando encarar de frente as realidades com que todos nos debatemos, diariamente. Mas também não vale a pena alimentarmos visões catastróficas, como tantas vezes se vê na mídia, como se de repente nada funcionasse nas escolas e os professores fossem os culpados de todos os males.

Lembro-me, muitas vezes, da observação de um professor português do início dos anos setenta, Severo de Melo, que escreveu:

*“Para alguns professores, as suas escolas seriam o próprio paraíso. Os seus alunos são sempre uns amores! O clima letivo seria um permanente êxtase místico. Ora, a realidade é bem mais dura e, por isso mesmo, mais aliciante.*

No outro extremo há os mal-humorados, desfiando cronicamente o rosário das suas amar-

guras pedagógicas, este destino ingrato de ‘aturar os filhos dos outros’, crianças rebeldes que os pais não sabem educar. A escola seria, neste caso, a própria imagem do inferno.

*Não têm razão nem uns nem outros. Os alunos não são anjos, nem tampouco demônios. São apenas pessoas. E já não é pouco!”*

Como tem razão este professor, Severo de Melo. A nossa missão não é fazermos de conta que *tudo está bem*, nem passarmos a vida a dizer que *tudo está mal*. A nossa missão é compreender e transformar esta compreensão em ação. A nossa missão é agir.

A nossa atitude crítica é essencial. A ela não podemos, nem devemos, renunciar. Mas a ética docente exige que esta atitude crítica se defina num quadro de esperança, de compromisso, de crença numa escola melhor, mais humana, mais solidária.

Devemos esta esperança a nós próprios, e à nossa profissão, mas devemo-la, sobretudo, aos nossos alunos. Eles sabem, nós sabemos, que nem tudo é possível. Mas eles também sabem, e nós também sabemos, que muito do seu futuro depende da nossa capacidade, da nossa atitude, da nossa responsabilidade.

Não somos anjos, nem tampouco demônios. Somos apenas pessoas. E já não é pouco! Mas somos pessoas que trabalham para o desenvolvimento de outras pessoas. E este fato distingue a nossa profissão de todas as outras. Por isso vos digo, olhos nos olhos, que nesta “sociedade do conhecimento”, não há profissão mais importante do que a nossa.





# Compartilhando significados no tempo presente

Prof. Roberto Romano entre as Diretoras do SINESP Marilza e Ana Dunkel

## Um pouco do passado, para melhor entender o presente

A política ocidental depende, sobretudo, da Filosofia, do Direito, e da concepção de Medicina que nos foram legados pela Grécia. Nos textos da coleção hipocrática, textos que cobrem um grande período de tempo e vários autores, mas atribuído convencionalmente a Hipócrates encontramos a definição de *regime*. Regime político vem do regime aplicado ao ser humano, no sentido de dieta, de constituição. No começo da nossa cultura, é absolutamente unida a reflexão sobre o mundo físico, o mundo humano, e o mundo político.

Os gregos tinham plena noção de que habitavam um mundo bonito. A palavra *cosmos* liga-se ao ato de enfeitar. Para eles, o Universo é belo e como tal deve ser imitado por governantes e governados, pois a cidade também deve ser bela. Mas os gregos possuíam também plena consciência de que a beleza não é conquistada facilmente. Há um dito grego repetido na Ética de Espinosa: "Tudo o que é belo, é difícil e raro". Eles sabiam que a beleza se colhe em determinados momentos, é preciso muito trabalho para atingi-la.

Transcrição da  
Conferência de  
abertura do 9º  
Congresso do  
SINESP-2005

**Prof. Dr.  
Roberto  
Romano**

Doutor em  
Filosofia Política,  
Professor Titular  
do Departamento  
de Filosofia da  
UNICAMP



Foto: Fernando Cardozo

Um dos maiores filósofos pré-socráticos, Empédocles, falava da natureza dos homens, estendendo esta percepção para a natureza inteira. Dizia ele que a natureza se ordena e se separa; guerreia e se une, através do reinado do amor e do ódio. No momento do amor todos os componentes naturais se aproximam, se unem, se rejubilam, produzem beleza, produzem *cosmos*. Mas esta mesma natureza experimenta outros momentos em que os entes, as partes, se digladiam, lutam e se destroem. Portanto, não é possível pensar a natureza sem o medo e sem a esperança. Temos sempre a esperança de que o reino do amor, de *Eros*, defina a nossa vida, mas temos também o medo da guerra, da destruição, do ódio.

Não é possível fazer política ou entender a sociedade, desconhecendo essas duas forças. Elas estão presentes na vida cotidiana e nas grandes decisões, ajudam a recuperar ou a retroceder na experiência social.

Platão, segundo Rousseau é o grande educador do Ocidente, e isto é verdade. No livro chamado

“As Leis”, Platão afirma que uma cidade, um estado, um país, só pode ser forte se no seu interior reinar a amizade entre os cidadãos. Diz ele: “Só pode ser forte a cidade onde o indivíduo tiver dores e essas dores forem compartilhadas pelo coletivo. Exatamente no momento em que o coletivo estiver triste, o indivíduo também entristece. No momento em que há júbilo no coletivo, ele também se alegra”.

Como vemos, os gregos tinham uma concepção muito concreta das coisas. Hoje, quando dizemos amor, ódio, amizade, imaginamos conceitos abstratos, “espirituais”. Já os gregos, pensavam o universo em termos concretos. Ao pensarem em amizade, por exemplo, imediatamente imaginavam eles, prendendo um indivíduo a outro. Quando se referiam a ódio, significava a quebra desteselos.

Na experiência da amizade há o elemento simbólico. Quando dois amigos se separam, é como se determinado objeto fosse quebrado. Por exemplo, uma jóia, moeda, vaso, etc. Se eles se encontrarem, mesmo depois de quarenta anos, ou se eles nunca se encontrarem, e sim seus filhos, esses objetos se unem novamente, possibilitando a experiência da amizade. O símbolo é um elemento importantíssimo na vida política. Essa possibilidade de ver a natureza como algo material e violento fez com que os gregos produzissem a política mais próxima da arte, da busca coletiva do bem e da beleza.

É claro que não podemos idea-

lizar a vida grega, e dizer que tudo ali era maravilhoso. Sabemos bem que a democracia ateniense era um clube masculino de cidadãos do qual a mulher era expulsa, onde o estrangeiro não tinha vez ou voz, onde apenas alguns cidadãos gozavam o privilégio de poder falar na assembléia e de serem chamados de atenienses.

Na língua grega não existe o feminino de ateniense, porque as mulheres não tinham o privilégio da cidadania. Seu lugar era o lar, era dentro de casa. Um dos elementos para definir a cidadania de um homem era o fato de ter a cor bronzeada, pois ficava a maior parte do tempo na praça, na assembléia, na guerra, e não dentro de casa. Já a mulher era louvada por não ter essa cor bronzeada e as que a tinham eram consideradas mulheres não muito sérias.

## O Estado como única possibilidade de convivência e proteção

No pensamento moderno, o Estado surgiu de um pacto entre os cidadãos, com o direito e o dever de protegê-los, e de ordenar sua vida interna. O maior teórico do Estado moderno, Thomas Hobbes, afirma que no estado de natureza reinam o ódio e a violência, o Homem é o lobo do Homem. No momento em que os indivíduos entram no Estado, podem viver na amizade regulada pela lei. Mas para este autor, os Estados, em termos internacionais, permanecem sempre no plano da natureza, todos guerrearão e se destruirão, porque não é possível existir um soberano do mundo, não existe quem regulamente a lei do mundo.

Essa realidade da vida moderna é mais do que presente nos nossos dias. Na arena de todos contra todos, temos hoje a realidade de países e Estados desprovidos das forças mínimas de resistência e de ataque. No entanto, temos outros que possuem sob o seu comando forças de ódio, acumuladas, por exemplo, em bombas atômicas, ódio tal que pode destruir o planeta em poucos dias ou horas.

Este ódio, por sua vez, é estimulado pela propaganda de governos, os quais afirmam existirem pessoas superiores, civilizações superiores e civilizações inferiores. Esta propaganda, por sua vez, faz olhos cegos para as distinções e para a separação de classes e riquezas, o que ocorre mesmo dentro dos países dominantes. Essa realidade, que se traduz em guerra, ódio, inimizade, parece-nos algo insuperável.

Começamos a dar razão a Thomas Hobbes, quando observamos o quanto é difícil ordenar o mundo para a paz, através da ONU. Começamos a questionar o papel da ONU, quando sabemos que existem países no Conselho de Segurança da ONU com direito a veto e que toda matéria relevante só passa com a autorização desses países.

## Formas desagregadoras de convívio

No setor da preservação dos recursos materiais na Terra, temos a recente proposta do pacto de Kyoto, chamando os governos e as indústrias a diminuir a poluição das águas e do ar. Entretanto, há uma recusa disfarçada do governo norte-americano e de vários governos europeus. De forma dissimulada eles apóiam o pacto, mas na verdade o recusam, o que faz com que

medidas de combate à destruição dos recursos naturais do planeta diminuam essencialmente.

Falamos de amizade, de amor, mas é importante lembrar os grupos ou pessoas que não amam o outro, mas amam apenas a si mesmos. Platão diz que este é o pior malefício, a pior doença de toda a humanidade. Quando o indivíduo ama a si mesmo está de tal forma apaixonado, que não percebe os seus próprios defeitos.

Nessa experiência auto centrada, o indivíduo ou o grupo só escuta o que corrobora sua opinião. Se alguém diz “você é poderoso, você é superior, você é rico, você é bonito”, evidentemente, ele escuta. Quando alguém diz “você está errado, você está agindo de maneira tremendamente egoísta, os seus atos são criminosos e prejudiciais a você e aos seus”, ele recusa imediatamente e acusa aquele que fala de traição.

Esta simbiose da bajulação e da subserviência tem sido um dos elementos importantes da dominação internacional. Ocorre hoje, no plano das relações internacionais, o que um psiquiatra importante, Bruno Bettelheim, descreveu no comportamento dos que viviam nos campos de concentração nazistas. Os antigos prisioneiros, que já tinham perdido a esperança da liberdade, da dignidade e do respeito, bajulavam carrascos, conversavam com eles e faziam todos os serviços que os guardas nazistas lhes indicavam. Os que mais recentemente entravam nos campos de concentração e ainda se imaginavam dignos e capazes de recuperar a liberdade, lutavam contra os carrascos. Na cabeça dos prisioneiros antigos estes últimos eram o problema, não o carrasco.

Essa experiência se repete hoje

em todas as instituições nacionais e internacionais. Nós a vemos na educação, na universidade, na vida política. Quando se tem a certeza do quebra-galho, da ajuda monetária, de um financiamento de campanha, por exemplo, não queremos escutar as críticas. Os críticos se tornam os desagradáveis, os estraga-festas, os radicais que devem ser afastados e, se possível, simbolicamente mortos.

No plano internacional, a experiência se repete. Os que cedem às razões de Estado dos países hegemônicos, são considerados civilizados ou a caminho da civilização. Aqueles que se recusam, são atrasados, primitivos, e, portanto, devem ser combatidos, destruídos, seja pelas armas ou pelo isolamento. Esta forma de pensar, em termos da experiência internacional, tem limites, e o primeiro limite é o fato de que a usura, o desejo de mando, a ambição em primeiro lugar, destrói os recursos planetários.

Ainda sob o ponto de vista da política, os gregos apontavam outros dois fatores desagregadores. Um é o orgulho desmedido, que impede o indivíduo de ver o seu verdadeiro lugar no universo e na sociedade. O outro é a ambição desmesurada, que não vê limites, ou a *pleonexia*. Um dos conceitos mais importantes da política grega é o limite. “Conhece-te a ti mesmo”, quer dizer, na verdade, “saiba quais são os teus limites”.

Hoje, várias ações predatórias no planeta, várias guerras, se devem ao controle de recursos naturais, como o petróleo, a água e refletem a *plenoxia* de grupos econômicos importantes.

## Os monopólios do Estado

O Estado moderno, para de-



fender o cidadão, se arrogou três monopólios fundamentais. O primeiro é o da força física. Só o Estado pode usar a força física de constrangimento, para a polícia ou para a guerra. O segundo monopólio é o da norma jurídica. Só o Estado pode editar leis obrigatórias para todo cidadão. O terceiro é o da apropriação do excedente econômico. Só o Estado pode impor impostos e taxas. Observamos hoje na cena internacional que setores nos países não dominantes aceitam diminuir a amplitude destes monopólios no seu Estado, no seu país. Têm a ilusão e a esperança de que, diminuindo a força e as regras jurídicas, receberão recursos dos dominantes, e que esses recursos ajudarão a manter a sua população.

Trata-se de uma ilusão. Desde o final dos anos cinquenta do Século XX, há o crescimento das grandes corporações econômicas, que operam contra o Estado, em plano nacional e internacional, mesmo nos Estados dominantes, como os Estados Unidos da América, ou os países da Europa. Com o avanço das comunicações, essas corporações operam em todo o planeta, sobretudo através do capital financeiro. Isto faz com que estas corporações desafiem seus próprios Estados, utilizem recursos para minar a sua autoridade, e tenham uma atitude predatória e destrutiva para com os outros Estados. Aquele Estado dominado, que aceita o jogo destas corporações, com o discurso de que elas farão chegar recursos financeiros para o país, está cometendo o suicídio, está pregando o fim de sua população.

## A importância dos educadores

Quando os educadores falam da educação como assunto público, como dever do Estado, não estão falando de uma distribuição das atribuições, estão falando de sobrevivência, de expansão. Essa retórica que ouvimos nos últimos governos da República Brasileira, e que foi mantida no governo do Partido dos Trabalhadores, essa alegação de que é preciso honrar e guardar a economia, de que isto é a garantia de dias melhores, é mentira de dominação que se espalha pelo resto de todo o corpo social.

Uma Economia não pode ser definida pelo capital financeiro, que tem agilidade de sair do país em menos de dez segundos, e procurar mercados favoráveis, pois essa atitude é uma forma de colocar uma arma na frente dos governos chantageados. Esses governos passam a não ser mais soberanos, eles serão apenas e tão somente servos deste capital.

Daí a importância dos educadores. Se as crianças brasileiras forem levadas a considerar que tal política econômica é boa, aceitarão também as consequências dela, isto é, que a escola não seja pública, que a Educação não seja pública, que a Segurança não seja pública e que, portanto, os monopólios do Estado sejam passados para outros.

## Soberania não se divide

Como soberania não se divide, ou o Estado é soberano, ou não é. As grandes corporações vêm exercendo um poder soberano e já há juristas internacionais preocupados com a ameaça que representam aos direitos humanos. Se os Estados não garantirem os direitos

humanos, quem garantirá?

Os juristas também se preocupam há um bom tempo com o fenômeno do trabalho terceirizado e com o trabalho pela internet. Hoje é perfeitamente possível que um indivíduo more em Cingapura e tenha um patrão na Bahia e outro na Rússia. Esta pessoa não terá ninguém que lhe garanta os direitos que lhe dêem cidadania, ou saúde, ou educação. No entanto, isto é apresentado como moderno, como flexibilização dos “arcaicos” direitos trabalhistas.

O progresso nas comunicações, que poderia representar um aumento da cidadania, está fazendo as relações de trabalho regredirem para o final da Idade Média, momento em que os camponeses foram expulsos de suas terras e passaram a trabalhar em casa para os capitalistas. Este modelo foi atenuado justamente pelo poder do Estado, porque nele o capitalista não tem limite para a sua *pleonexia*, ele pode usar a força do trabalho e descartá-la, sem dar nenhum benefício em troca ao trabalhador.

Por isto, se um professor entrar em uma sala de aula e disser para os seus alunos que a política econômica do Governo Federal é a melhor, porque temos que “honrar” os nossos compromissos, este professor estará ensinando não a liberdade, não a beleza, mas apenas a escravidão. Cabe a nós decidirmos se queremos ser escravos ou ser livres. Ao cantarmos o Hino Nacional percebemos tantas afirmações de soberania. No entanto, se abrirmos mão dela, teremos um Brasil pura e simplesmente escravo, e os cidadãos não existirão mais. Não existirá mais amizade, e haverá somente a luta de todos contra todos.



# Educar para a emancipação: humanizar os saberes e educar os afetos na escola do terceiro milênio

## Começando a decifrar a esfinge

**E**ste 9º Congresso do SINESP tem um tema desafiante, que remete à perspectiva de uma consciência ecopedagógica e interplanetária. Ao debater a educação no nosso país, nós, educadores, podemos cair, não diria num erro, mas numa contradição, a de que, pela nossa motivação e compromisso, compreendamos a educação numa perspectiva idealista. O idealismo é uma concepção filosófica que supõe, muitas vezes, que as idéias, as concepções, as representações simbólicas determinem ou condicionem a realidade. Precisamos de algum idealismo, no sentido ético e estético, de recuperar a capacidade de sonhar. Mas precisamos, também, em momentos como este, ter a coragem, muitas vezes dolorida, de apresentar os conflitos, para compreendermos a nossa identidade como profissionais e decifarmos a educação e a escola, qual uma grande esfinge mitológica.

No dizer do mitólogo, a esfinge tinha rosto de gente, corpo de leão e garras de águia. Parecia humana, o rosto era humano, mas era tão animalesca quanto o leão e traiçoeira como a águia, e a própria esfinge dizia: decifra-me ou eu te devoro. Essa decifração do nosso tempo e da nossa escola é uma tarefa muitas vezes difícil.

Embora não queiramos nos transformar em historiadores, não podemos deixar de ter a consciência histórica, a consciência do nosso tempo e da nossa época, pela qual passam os caminhos e as possibilidades da nossa profissão e da nossa intervenção social.

Transcrição de  
palestra proferida  
no 9º Congresso  
do SINESP-2005

**Prof. Dr.  
César Nunes**

Licenciado em Filosofia,

Doutor em Educação e  
Professor Assistente Dou-  
tor do departamento de  
Filosofia e História da Edu-  
cação da UNICAMP,

Coordenador-executivo  
do Grupo de Estudos e  
Pesquisas em Filosofia da  
Educação-PAIDÉIA.

Admiro muito Jean-Paul Sartre, filósofo francês que no pós-guerra se transformou na consciência trágica do mundo moderno. No livro “Crítica da Razão Dialética”, ele afirma que, para não sermos ingênuos, devemos saber, em primeiro lugar, o que fizeram de nós, pois somos o resultado das aspirações dos nossos pais, da sociedade e do mundo. Em segundo lugar, continua Sartre, é preciso que cada homem escolha e decida o que vai fazer com o que fizeram de si. Este segundo momento é a afirmação da opção, ética, estética e política, de intervenção no nosso tempo e na nossa história.

Se achássemos que somos absolutamente determinados pelo passado, seríamos céticos, pessimistas, porque o passado seria uma roda, uma usina de repetição. Mas não somos determinados, temos alternativas. O passado nos condiciona, temos que conhecê-lo, porque pesa na nossa perspectiva subjetiva, política e social. Mas não nos determina, não nos engessa.

Por outro lado, se achássemos que poderíamos mudar o mundo amanhã, no intervalo da primeira para a segunda aula, sem compreender o peso do passado, cairíamos na posição ingênua de acreditar que as coisas se alteram pelo nosso bem querer. Mas não é assim. As condições objetivas e as condições subjetivas deverão integrar-se articuladamente, na luta pela superação dos problemas e na luta pela construção das nossas utopias e das nossas perspectivas emancipatórias. Com a educação não é diferente.

Como especialistas, que atuam há muito tempo na educação de uma cidade como São Paulo, vocês sabem o peso da história da educação brasileira e das nossas

pré-identidades. Eu queria fazer com vocês uma reflexão nesta dialética, primeiro, apresentar algumas matrizes históricas e, depois, projetarmos juntos alguns desafios humanizadores para as escolas, numa perspectiva de escola que possa ampliar sua potencialidade de influências para nossa realidade, nosso tempo e nossa sociedade.

## O plasma da nossa identidade cultural

Precisamos entender que tudo o que há na escola, a arquitetura a estrutura curricular, a organização administrativa, a cultura da convivência, as estruturas de representação estética, o jeito de organizar a mesa, as carteiras, tudo isso revela uma identidade política, uma identidade anteriormente definida.

Nascemos para o mundo como sociedade, como projeto civilizatório, no alvorecer da modernidade, no Século XVI, na expansão ultramarina. A mão colonizadora portuguesa marcou indelevelmente nossa condição. Portugal unia o avanço econômico do mercantilismo ao atraso cultural

do proselitismo. Inácio de Loyola fundou, em Paris, uma companhia clerical, a Companhia de Jesus, para combater o modernismo, as modernidades, as novidades, e para restaurar o papado, a ordem antiga, a cristandade. Os jesuítas, companheiros do processo colonizador português, eram ultraconservadores, antimodernistas, enfim, o que havia de mais atrasado na Europa do Século XVI. O plasma de nossa identidade cultural é, pois, a reação, a recusa do moderno, é o passadismo.

Os jesuítas vieram para o Novo Mundo com a perspectiva de espalhar a cristandade. O grande Pablo Neruda, no Canto Geral, nos diz: a espada e a cruz foram destruindo a família nativa. Este fato, que parece estar tão longe, mas não está, interfere na nossa possibilidade de uma ecopedagogia, e de uma concepção emancipatória de humanização das nossas relações.

Santo Inácio de Loyola promulgou as bases do programa de ensino da Companhia de Jesus, o primeiro marco pedagógico para a educação brasileira. O capítulo que trata dos princípios da educação jesuíta, diz que o ponto máximo da educação consiste em se fazer obedecer, em produzir



Fotos: Robson Monteiro



obediência, o que é uma característica medieval.

Jean-Jacques Rousseau, filósofo e pedagogo moderno, no “Emílio” (1762), um dos mais belos tratados de pedagogia, diz: “não eduque seus filhos para a obediência, eduque-os para o respeito, pois respeito é valor de homem livre, e obediência é prática de vassalo medieval”. Outro princípio da pedagogia jesuítica diz: desde os primórdios, se quiserem que seus alunos cresçam na convenção fraterna, coloquem, e administrem diligentemente, uma santa competição entre eles. O terceiro princípio, sobre doutrina e assuntos correlatos diz: não se discuta nunca, vale o princípio latino, o professor falou, acabou qualquer debate. Portanto, disciplina como finalidade de enquadramento ético e político, e emulação como técnica são as máximas da pedagogia de Santo Inácio, e prevalecem até hoje nas escolas. Além da cultura onipotente do magistrocentrismo, o professor como sabe-tudo.

## Para você, o que é uma criança?

Certa vez pedi que minhas alunas da UNICAMP fizessem uma

pesquisa entre professoras de 1ª a 4ª série, para ver que concepção tinham sobre a infância e sobre o seu trabalho. Sugerí que perguntassem: “O que é uma criança para você?”. Tive uma terrível surpresa: 90% das respostas não tinham fundamentação científica alguma, muito menos pedagógica, ou qualquer outra perspectiva que apontasse a dimensão de uma teoria ou de reflexão sobre a criança. Lembro-me de algumas respostas trágicas: “criança é a flor que desabrocha”. Com todo respeito à pessoa, e à representação social, me pareceu uma versão senso comum das coisas, quer dizer, comenta-se tudo e não se aprofunda nada... Uma outra, dizia: “criança é a borboleta que voa”. Gente, criança é mais do que borboleta que voa, é mais que flor que desabrocha, a efeméride ou o exotismo, quase sempre desfiguram a realidade. Outras respostas diziam: “criança é o vaso na mão do oleiro, que as molda para o bem”.

Que concepção de mundo terá aquele que diz que molda a criança? Outra dizia “criança é a pedra que se lapida com amor”. Fiquei imaginando - toc, toc - alguém lapidando uma criança

com amor... Essas representações revelam o imaginário social de uma educação e uma pedagogia autoritárias.

A segunda pergunta que eu sugerí foi: “Como você classificaria as crianças sob seus cuidados em sala de aula? A resposta de 75% das entrevistadas foi: obedientes, calmas, sapecas, desequilibradas, desobedientes, fracas, médias e fortes. Pouquíssimas, apenas 8%, responderam de forma mais criteriosa, destacando aspectos de cognição, sensorialidade, falando em sociabilidade, linguagem, interação. Fiquei um pouco surpreso, mas isso já faz quatro anos, e talvez essa realidade tenha mudado...

## Concepção pedagógica é concepção de mundo

Outra aluna, a partir do entusiasmo com esta pesquisa, escreveu uma dissertação, cujo título era curioso: “Fui dormir conservadora e acordei construtivista”. Tive a oportunidade de dizer a ela: “Olha, moça, não se vira construtivista por ler um livro, ou fazer uma especialização, um mestrado ou mesmo um doutorado”. A concepção pedagógica só se altera, quando a gente é capaz de mudar a concepção de mundo. Para que isto aconteça, é preciso um esforço titânico e constante, de dentro para fora dos nossos corações e mentes, alimentado com concepções de mundo abertas e pluralistas, para exorcizar o educador autoritário que teima em permanecer na nossa identidade.

Paulo de Tarso, que os cristãos chamam São Paulo, diz: “O



homem da lei e o homem do amor convivem dentro de mim. O homem da lei diz 'isso pode' e o homem do amor diz 'eu quero'; quantas vezes eu vejo o bem que quero e faço o mal que não quero”.

## Escola, para quem?

A China, milenar civilização, não aceitou os jesuítas que foram mandados lá. Eles foram mortos tragicamente e hoje são os mártires da China. Também os que foram para o Japão, são os mártires do Japão. No Brasil, chegaram em 1548, na Bahia de Todos os Santos. Ainda hoje, na praia da Barra, podemos ver o farol, o forte, e uma Cruz de Malta com uma placa de bronze dizendo que ali aportou o primeiro Governador Geral, Tomé de Souza, trazendo consigo os elementos civilizadores do Brasil: a cana, o gado e o padre.

Outro exemplo civilizador foi José de Anchieta e Manoel da Nóbrega, que depois da luta com os Tamoios, subiu a grande muralha, a metáfora da Serra do Mar, e entre os rios Pirapitingüi, Anhembi e Tietê, no dia 25 de janeiro de 1554, fundou o Colégio de São Paulo, ou seja, São Paulo nasceu de um colégio.

Escolas há no Brasil desde a primeira hora. Mas para quem e para quê existia essa escola? Qual era a determinação política da existência dessa escola? José de Anchieta escreveu, oito anos depois, uma carta aos seus superiores, dizendo: “Depois de ouvir os espíritos e escutar os irmãos, decidimos que a essas gentes não são dadas às letras. Decidimos que daremos educação aos filhos da mãe Europa, e a estas gentes basta a catequese”.

A Igreja colonial fez esta opção e este dualismo no Brasil: catequese para os pobres e educação para as elites. Duas escolas, uma para as elites e outra para as camadas populares, que até hoje, quinhentos anos depois, ainda não superamos. A escola, no Brasil, é um dos maiores símbolos de apartheid social. Alguém pode se entender com o outro, a partir de um ideal de superioridade? José de Anchieta dizia dos nativos: “São todos bestiais, têm as partes pudendas expostas, perguntam-me se Deus tem boca, se come. São sensualistas, o que lhes recomendo é penitência e castigo para lhes conter os brios”. A mesma condição autoritária, disciplinadora e magistrocêntrica.

## De Pombal a Passarinho

O Marquês de Pombal só assumiu como Primeiro Ministro de Portugal, com a condição de que os jesuítas fossem expulsos do Reino, e com a ideia de controlar o erário através dos tributos. Em 15 de outubro de 1764, ele promulgou a Lei de Instrução e Educação do Reino de Portugal e Colônias. É por isso que no dia 15 de outubro se comemora o Dia do Professor. Foi neste dia que se criou a função pública de professor, como alguém pertencente aos quadros do Estado, e não mais como extensão da função do sacerdote, quebrando o monopólio jesuíta. O Marquês de Pombal criou, então, a escola pública no Brasil.

Sou muito amigo do Professor Lauro de Oliveira Lima, que está muito idoso, e que contribuiu muito para a formação da educação no Brasil. Ele escreveu a melhor obra sobre a escola pública brasileira, no ano de 1971, quando o Ministro da Educação era Jarbas Passarinho, e colocou o melhor

título que eu já vi: “A educação pública no Brasil, de Pombal a Passarinho”. Neste título há uma matriz metafórica, que vocês não haverão de esquecer: o Pombal começou, e o Passarinho acabou com a educação e a escola, como proposta pública.

## A segunda escola brasileira: do convento para o diploma

A escola pombalina não previa relações humanizadoras. Era uma extensão da escola de Coimbra, dominada e ilustrada pelo modelo europeu. As aulas avulsas, as aulas régias, que foram liberadas para professores, vinham de Coimbra para as Vilas de Natal, Nossa Senhora dos Remédios de Manaus, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo e até para os Sete Povos das Missões. Os professores ficavam na casa grande, educavam nas casas dos ricos e emitiam o direito ao diploma. Em troca de terra, ou de gado, davam diploma para um, e para outro, criando a escola do diploma. A elite aristocrática queria o diploma sem se preocupar com a formação.

Paulo Freire falava muito desta perspectiva bacharelista: o sinhozinho, senhor de terras, queria ser o doutorzinho, só queria o diploma. O ensino superior, no Brasil, chegou antes do ensino fundamental, do básico e os colégios eram para fazer a ilustração das elites. O resultado desse bacharelismo é que até hoje, quando se vai ao advogado ou ao médico, há um monte de diplomas na parede, como se diploma fosse enfeite.

Na verdade, achar que a escola tem que ser uma forma de ilustração da aristocracia latifundiária

traduz uma aristocracia simbólica, “o sinhozinho que quer ser doutorzinho”, concluímos juntos.

## A escola da República

A nossa terceira escola começa com a República. É lamentável que não tenhamos ainda reunido condições políticas de fazer um amplo debate, para entendermos o que significa a forma de governo republicano. República é a idéia de que cada cidadão seja pertencente ao mundo do trabalho e da representação política. Onde todos são iguais, são cidadãos.

Na Primeira República, tivemos como Ministro da Educação Benjamin Constant Botelho Magalhães, nascido em Niterói, de família de tradição franco-fluminense. Benjamin Constant era o maior intelectual positivista do Brasil. O positivismo, filosofia francesa que se opunha ao liberalismo, achava que a liberdade não era para todos, tinha que ser tutelada; achava que o Estado era superior à sociedade civil; que a organização governamental estruturada politicamente é superior à sociedade das pessoas civilmente estabelecidas, o que é exatamente contrário ao liberalismo clássico inglês.

Positivista, Benjamin Constant foi o arquiteto da República e Ministro da Educação, e foi dele a idéia de escrever na nossa Bandeira a oração de Augusto Comte, “o amor como princípio, a ordem como meio o progresso como fim”. Foi tão habilidoso, que tirou o amor e deixou ordem e progresso, que é a matriz do Estado brasileiro republicano.

Ordem e progresso, segurança e desenvolvimento, fazer crescer o bolo para depois distribuir, colocar

em ordem, para depois, supostamente, fazer o progresso. Essa matriz não deixa a sociedade civil se manifestar, ela revela primeiro o Estado. Eu diria que, lamentavelmente, fomos feitos às avessas, a sociedade civil se constituiu a partir desta resistência centenária.

Benjamin Constant era contrário ao clericalismo na educação. O livro “Pensamento Autoritário no Brasil”, de Jarbas Medeiros, conta que Constant teria dito: “Chega de escola-convento, de matriz medieval, que produz homens resignados e obedientes, pois não queremos uma sociedade de súditos e fiéis, súditos do Imperador e fiéis da Igreja. A República deixará para trás a escola-convento e, a partir de agora, a escola será o quartel da Pátria”. Desta forma, a escola deixou de ser o convento jesuíta e virou o quartel positivista, com uma concepção tutelada de democracia e liberdade.

## De Santos Dumont a Tonhão

Fui convidado a proferir uma palestra em Campinas, numa escola tradicionalíssima, fundada nos inícios da República, por Benjamin Constant. Após a palestra visitei a enorme biblioteca e notei que havia uma carteira separada, com os dizeres: “Nesta carteira estudou o eminente brasileiro Alberto Santos Dumont”. Logo abaixo, à canivete, lia-se: “E eu também, Tonhão”. Fiquei pensando na realidade histórica que isso revela: durante um momento considerável da República, a escola pública estava voltada para formar a classe social a que pertencia Alberto Santos Dumont, vindo de família das mais ricas do Brasil. Tinham tanto dinheiro que puderam financiar inventos do

seu filho, ao redor da Torre Eiffel. Só o Mademoiselle teve dezenas de versões; para o 14 Bis outras tantas versões, tudo financiado com o dinheiro do parque cafeeiro e do rebanho bovino da família. Hoje, quem está na escola pública são os Tonhões e as Tonhonas, e não mais a classe social de Alberto Santos Dumont...

Como fica, nesta escola de hoje, a questão do amor, a questão da ética e da estética, com o reconhecimento de que uma outra classe social ocupa prioritariamente este espaço de formação? Quando a escola pública tinha Alberto Santos Dumont, seu currículo tinha literatura portuguesa, canto orfeônico, francês, latim, grego, fanfarra, banda, academia lítero-cultural, concurso de trovas, literatura universal, disputas de oratória em latim. Depois que os Tonhões e as Tonhonas entraram na escola pública, tem gente que acha que só precisa ter português e matemática. É uma forma de empobrecimento do currículo, em função de um imediatismo, de uma noção compensatória, de um atendimento primário para o trabalho. Não é mais a escola produtora de culturas, de sensibilização, humanização e disposição para a felicidade na existência de cada um, a escola formadora para a vida, para a existência autônoma, subjetiva e feliz.

## As contradições da escola positivista

Esta escola positivista fez uma reforma profunda no currículo, que começou com Benjamin Constant, e foi retomada por Rivadávia Corrêa, já no Século XX. Esta reforma tirou da escola pública o currículo católico religioso



e incluiu um catálogo cívico patriótico, cheio de contradições. Vou lembrar algumas delas, para nos ajudar na busca por uma escola verdadeiramente ecopedagógica.

Foi o positivismo que colocou na escola comemorações como “o dia da árvore”. Para que dia da árvore, num país que, tendo nome de árvore, não se encontra dela nem pra remédio, como dizia Oswald de Andrade? Num país, cujo modelo econômico destruiu os rios? Vejam o Tietê, o Capivari, o Jundiá, o Sorocaba, o Atibaia... Todos eles agonizam.

Existe entre nós uma concepção de atuação ecopedagógica formal, representativa, ufanista, idealista, e abstrata, sem compreender a vida como participante dela. Querem um exemplo? No dia da árvore, minha professora

loca coisa morta e no berço, coisa viva. A professora, então, abria um berço e nós, alunos, ficávamos ao redor dizendo coisas preparadas anteriormente: “Oh! Irmã árvore, do teu caule extraímos a madeira, tua sombra nos descansa, teus frutos nos alimentam, teus galhos nos protegem...”. Uma semana depois a árvore morria, porque ninguém se lembrava de regá-la... Era só pra fazer festa, era uma concepção ecopedagógica formalista, idealista e celebrativa, desarticulada da vida real. Assim como tem gente que é capaz de falar sobre a importância de preservar o meio ambiente fumando na cara dos outros...

Mais uma representação ufanista, folclórico-idealista, é recitar “nosso céu tem mais estrelas, nossos campos têm mais flores”.

*Foto: Robson Monteiro*



vinha de charrete para a escola, trazendo uma arvorezinha num saquinho. Levava as crianças para o fundo da escola e abria uma cova. Na época se chamava cova, mas agora é politicamente correto dizer berço, porque na cova se co-

Onde estão os céus com mais estrelas e os campos com mais flores, sobretudo numa cidade onde o modelo econômico destruiu a visão da abóbada celeste, onde não contemplou a estética humanizadora?

Outra contradição da escola positivista, a escola-quartel, era a comemoração do “dia do livro”, num país que não lê. Não por culpa do povo, mas das circunstâncias históricas. Hoje não se lê porque os preços dos livros são proibitivos. No período da Ditadura, muitos livros eram considerados subversivos. Quando muito, as pessoas dão “uma olhadinha” nos livros, lêem os resumos, colocam os livros na sala de estar para mostrar, supostamente, que são cultas.

Paulo Freire questionava: “como pode, alguém que não lê, passar o hábito da leitura para as crianças? Como pode, alguém que não escreve, passar o gosto da escrita?”. Estamos ontologicamente marcados pela não-escrita e pela não-leitura, mas não significa que seja uma determinação, lembrem-se da dialética: o que fizeram de nós não é uma determinação, é uma condição. Não sou um cético, não sou alguém que quer fazer da educação um muro de lamentações. Mas também não quero passar ilusões, quando a questão é muito mais profunda, quando é preciso olhar com profundidade para entender as nossas matrizes e buscar invertê-las.

## A quarta escola brasileira

Em 1930, começa a quarta escola brasileira, com Getúlio Vargas. Quando criança, fui assistir o filme “Os dez mandamentos”, em que o povo hebreu atravessava o Mar Vermelho. O padre que explicava o filme parava e dizia: “Este é um divisor de águas, para trás fica o pecado, para trás fica a escravidão. À frente está a terra prometida de onde emana leite e mel”. Era uma visão messiânica e lembrei daquela imagem ao ler

um discurso do Getúlio Vargas, na inauguração do Cristo Redentor, em 1932, depois de vencer os paulistas. Getúlio, ao lado do Cardeal do Rio de Janeiro, empedernido na sua túnica púrpura, dizia: “Meu governo será um divisor de águas, para trás fica o Brasil agrário, o Brasil rural, a fazenda mal iluminada, a nódoa do atraso. Para frente, haveremos de trazer as chaminés do futuro, as sirenes do progresso. Não seremos um país extrativista, que extraiu pau-brasil, ouro, prata, cacau, borracha e café. Seremos produtores de todos os produtos e haveremos de nos modernizar até o final deste século”.

Era o ano de 1932, ele queria fazer tudo rápido, alavancar a economia sem fazer a justiça distributiva social. Este projeto ou modelo de Brasil moderno, capitalista, começou em 1930. Em 2005, somos a 14ª economia do mundo, mas o Índice de Desenvolvimento Humano é 64º, na mesma faixa da Índia, de Bangladesh, e da África do Sul, ou seja, uma economia rica para uma sociedade que é pobre, de poucos investimentos em previdência, saúde e educação.

O Brasil investe 4,6% do seu Produto Interno Bruto em educação, investimento que só é maior que o do Haiti, que investe 1,8% do PIB. O Paraguai investe 5,5%, a Argentina 8,8%, Cuba 8,0%, a Venezuela 11,0% e o Chile 10,0%. Dos 4,6% do PIB que o Brasil investe em educação, 66% vão para as universidades e somente 35% para toda a educação básica, ou seja, a educação no Brasil é o improvisado, o atraso e o abandono, não há política estrutural para a educação, de nenhum governo, nem política de Estado.

Esta educação tem modelo

político autoritário, que começou com Getúlio. Ele chamou para Ministro da Educação Francisco Campos, que era adepto do conservadorismo e admirador do Partido Integralista Brasileiro, partido este que seguia as idéias de Adolf Hitler. Saudavam-se uns aos outros com o “anauê”, tinham como presidente Plínio Salgado, mentor da Constituição de 1937, a polaca, a mais autoritária que já tivemos.

Francisco Campos, integralista, Ministro da Educação de Getúlio, chamou para discutir a educação, os pedagogos e arquitetos italianos que tinham construído na Itália a escola de Mussolini, o Grupo Escolar. Ou seja, nossas matrizes históricas passaram do convento jesuíta para o quartel positivista, e agora para o grupo escolar fascista, e nacional-socialista.

## O Grupo Escolar

Se observarmos a estrutura arquitetônica do Grupo Escolar, notaremos que tem espaços e planos determinados pelo Estado Novo. Era sempre voltado para o sol nascente, tinha na frente a imitação de uma escada, e uma porta de carvalho. Dentro, vinha primeiro a sala do diretor, depois a inspetoria de alunos, a biblioteca e a sala de ciências. Num país tropical belíssimo, o Grupo Escolar tinha um pátio militar, sem nenhuma árvore, e as salas justapostas hierarquicamente, 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries.

Falo com dor deste Grupo Escolar, porque fui aluno dele. Os alunos entravam por um portão

nos fundos, porque pela frente só entravam as autoridades. Havia a “pedagogia da nuca”, com os alunos olhando um no tamanho do outro, enfileirando-se no pátio. Tem gente que tem saudade disso... Hasteava-se e arreava-se a Bandeira, e cantavam-se hinos sem compreensão e sem nenhuma organicidade. Os alunos se perguntavam: “Hoje é o ‘Ouviram do Ipiranga’ ou o ‘Já podeis’?”. Uma pirâmide com olhos controlava a todos, os alunos, os professores perfilados, submissos, a escola, que era como uma massa nacional-socialista...

Ali, aos nove anos, eu declarei a poesia de Olavo Bilac, “A Pátria”:

*Ama com fé e orgulho, a terra em que nasceste!  
Criança! Não verás nenhum país como este!  
Olhe que céu! Que mar! Que rios! Que floresta!  
A Natureza aqui, perpetuamente em festa,  
É um seio de mãe a transbordar carinhos.  
Vê que vida há no chão! Que vida há nos ninhos,  
Que se balançam no ar, entre os ramos inquietos!  
Vê que luz, que calor, que multidão de insetos!  
Vê que grande extensão de matas, onde impera,  
Fecunda e luminosa, a eterna primavera!*

*Boa terra! Jamais negou a quem trabalha  
O pão que mata a fome, o teto que agasalha...*

*Quem com seu suor a fecunda e umedece,  
Vê pago o seu esforço, é feliz e enriquece!*

*Criança! Não verás país nenhum como este:  
Imita na grandeza a terra em que nasceste!*

Esta escola, criada por Getúlio, não podia ser ecopedagógica, porque o modelo capitalista no Brasil é predatório, destrói o rio, destrói a árvore, destrói a praça, come todos os espaços urbanos, mata o cidadão, para a economia crescer. Um dos maiores cartolas do futebol mundial, João Havelan-

ge, surgiu para o esporte mundial, porque ganhou uma disputa de regatas no rio Tietê, em 1940. De lá para cá, o que aconteceu com o Tietê e com o Pinheiros? Há um modelo econômico não eco-pedagógico, não humanizador, onde vale a economia a qualquer preço. Enquanto a economia não estiver submetida à sociedade civil, enquanto não for pautada pelos interesses da vida dos homens e mulheres deste país, enquanto o grande frisson for pagar a dívida, vamos ter modelos assim.

## Avaliação excludente

Vou contar a vocês um trecho do discurso do Francisco Campos como Ministro: “A escola brasileira deverá ser como uma pirâmide, uma base no chão para que todos entrem, mas que seja tão rígida e tão austera, que só os mais aptos cheguem ao topo”. A escola piramidal, popular, mas rígida, foi o eixo da pedagogia fascista. A avaliação excludente começou aí. Até 1930, as escolas brasileiras tinham índice de reprovação de 2 a 5%, o que é comum em qualquer sistema. De 1930 em diante, começaram os índices exagerados e absurdos de repetência, de suposta evasão, mas de exclusão real, camuflados em sutilezas perversas da avaliação escolar, uma avaliação fascista. Vou dar um exemplo pessoal: tive um professor, chamado professor Romano. A primeira vez que o encontrei foi na igreja, eu estava com minha mãe. Ele falou: “Ah, você é filho da Dona Maria Helena... No ano que vem, você vai cair na minha sala. A sua mãe, eu deixei por um décimo...”. Aquilo me fez tremer, eu tive medo dele. Estudei com ele no segundo ano ginasial. Ele dava aulas de geografia e matemática

e era como um gendarme, um guardião da escola. Chamava a prova de “armagedon”, a batalha bíblica do fim dos tempos, em que o sol e a lua escurecerão e as estrelas cairão do céu... “Ao soar minha primeira pergunta, que é oral, estejam preparados, porque eu não vou repetir”, dizia ele. Dava aquele branco na gente e ninguém lembrava nada. Ele tinha uma ampulheta de 5 minutos, e no dia do exame final, trazia 13 pontos dentro de um saquinho de pão. Quando a gente sorteava um ponto, ele virava a ampulheta e o aluno tinha que dizer o ponto de cor. Se não conseguisse, era chamado de burro e ia sentar.

Eu era da caixa de assistência que o Getúlio criou. Quem vinha do sítio era mais pobre, e ganhava um caderno. O professor dizia “escreva miudinho, porque é um caderno só e se acabar eu não vou dar outro”. Escrevo miudinho até hoje... Lembro-me também que os meninos se sentavam em carteiras de dois lugares, e as meninas nas de três, porque supostamente eram mais tranqüilas. Quando alguém falava alguma coisa fora do que o professor permitia, a primeira ação disciplinadora dele era um olhar feroz, a segunda era puxar o pigarro duas vezes e a terceira era jogar o apagador no infrator, com uma precisão miraculosa. Que concepção de mundo tem um professor que se acha no direito de jogar o apagador numa criança? Que concepção de mundo permite que se reprove uma criança por um décimo? A minha mãe abandonou a escola por causa de um décimo...

Hoje, com a experiência que tenho, com tudo o que estudei e vivi, tenho a liberdade de dizer que professor que reprova aluno por um décimo é ignorante, professor que usa avaliação para disciplinar

está errado, e o professor que continua fazendo isso está preso no saudosismo fascista da escola seletora, darwinista, onde só valem os mais produtivos.

## A classificação, sempre ela...

Durante um ano e meio eu trabalhei na Amazônia, onde participei da cerimônia das águas, realizada todos os anos pelos índios Apurinãs, uma tribo do alto Solimões. Lá, com cinco anos, as crianças precisam nadar bem, pois vivem cercadas de igarapés e as mães têm medo de que morram afogadas. Aqui, as mães têm medo da rua, lá, da água. Dois batedores canoieiros levam as crianças até o meio do rio e a tribo inteira fica esperando na volta do rio, onde colocam um jirau com presentes: brinquedos, mandioca cozida, melado, doce de abóbora, açai, cupuaçu, colares. Os meninos vêm nadando, para ganhar os presentes. Se nadarem muito devagar, vão se cansar, e se nadarem muito rápido, não vão agüentar, então eles têm que vir sincronicamente juntos. Assim que o primeiro deles chegou, eu falei para um índio: “Vamos aplaudir, porque ele chegou em primeiro lugar”. Ele me respondeu: “Professor, nós aplaudimos quando chega o último, porque queremos sempre que cheguem todos”.

Que vergonha eu tive... Gosto de contar esta história, porque temos uma síndrome da classificação, esquecendo que a escola, em primeiro lugar, é uma instituição produtora da condição humana, é para humanizar, para ensinar a falar bem, a pensar bem, a sentir, tem que ter arte, cultura, conhecimento, tem que ter brinquedos e brincadeiras, tem que ter matemática, educação física, sociabilidade,



jogos. Em segundo lugar, a função da escola é preparar a cidadania, para que a criança se reconheça como alguém que pertence a uma família, a um núcleo parental básico, a uma rua, a uma cidade, um bairro, um país. Em terceiro lugar, a escola deve contribuir para uma formação de hábitos produtivos, para integrar o jovem no mundo, como alguém produtivamente autônomo.

As escolas que sacrificam a formação humana e cidadã, pelo sucesso da formação profissional, produzem operários dominados pelo capital, sem cidadania. Nenhum sucesso econômico compensa o fracasso como cidadão e como ser humano. Já vi operários tecnicamente gabaritados, mas humanamente insensíveis, não solidários, incapazes de cumprir as mínimas regras de uma República.

## A escola tecnicista

A matriz fascista vai sendo desgastada até 1971, quando Jarbas Passarinho assina a Lei 5.692. Na justificativa, esta Lei dizia que não tínhamos condições de produzir uma escola de padrão europeu, cara e aristocrata, e que seguiríamos o modelo do nosso grande irmão do norte, os Estados Unidos da América, onde a escola é preparadora para o trabalho e para a civilidade social. A escola, então, deixou de ser unidade de cultura, de modelo europeu, e passou a ser unidade de preparação para o trabalho profissionalizante. Nesta altura, lamentavelmente, o êxodo rural se intensificava. A associação entre escola e desenvolvimento social, não ecopedagógico e não humanitário, produziu a cidade violenta destruidora e desumanizada.

Campinas, cidade onde moro, e São Paulo, são exemplos deste modelo. A região metropolitana de Campinas é responsável por 9% do PIB brasileiro, tem mais de um milhão de habitantes, cinco universidades das mais importantes do país. Embora com este desenvolvimento, Campinas tem inúmeros problemas: até bem pouco tempo atrás somente 8% do esgoto era tratado, não há lugares de lazer coletivo. Só para lembrar fatos recentes, envolvendo a classe média: Campinas matou um prefeito; em Campinas um médico foi acusado de matar com arsênico a família inteira; um casal de profissionais liberais, num surto provocado por alucinógenos, jogou a filha contra o carro; um professor de sociologia matou um filósofo.

Para São Paulo, vieram casa-grande e senzala, matrizes da nossa colonização nordestina. Aqui, temos bairros casa-grande e bairros senzala, escolas casa-grande, escolas senzala. Sabemos que a melhor estrutura de humanização é ter uma escola unitária, boa para todos, que quebre as estruturas sociais que historicamente se mantêm. Vai ser muito difícil praticar a ecopedagogia e a humanização, a partir do modelo econômico que São Paulo e Campinas tão bem representam.

## A escola-alambrado

De 1971 para cá, até o modelo arquitetônico da escola ficou muito feio. É uma escola-alambrado, de telha de amianto, de vitrais que não abrem, de carteiras ridículas, em que o aluno não pode ficar adequadamente sentado por mais que uma hora. É uma escola que não tem lugar para os livros, que não tem biblioteca, uma escola

feita de azulejo de terceira, de piso vermelho no chão, uma escola inspirada na industrialização acelerada, onde se investe mais em merenda do que em formação de professores. Nela, o professor virou um agente social de saúde compensatória. Não sou contra a merenda na escola, porque eu sei que seria uma tragédia real retirá-la. Mas é triste pensarmos que na 14ª economia do mundo, o trabalhador não tem massa salarial suficiente para dar comida aos seus filhos, de modo que tivessem na escola apenas um suplemento alimentar.

## A luta por uma nova LDB

O Brasil precisava com urgência de uma reforma educacional. Quem não se lembra da “Escola Cidadã”, em que Moacir Gadotti, diz que a escola brasileira havia chegado ao fundo do poço, era um pacto de mediocridade? Certos de que não poderíamos entrar no terceiro milênio com aquela escola, muitos educadores travaram uma grande luta por uma nova LDB. Da Conferência Brasileira de Educação de 1985, em Goiânia, partiu a proposta por uma nova LDB. Um grupo de combativos intelectuais como Dermeval Saviani, Carlos Rodrigues Brandão, Gaudêncio Frigotto, entre os quais eu me encontrava, levamos a luta da nova LDBEN até os bastidores da Constituinte. Ali, houve um impasse entre os interesses de grupos privatistas e a educação pretendida pelos grupos populares. Então, Darci Ribeiro, um brilhante senador, antropólogo, um dos maiores intelectuais do Brasil, cometeu, a meu ver, um erro na sua vida: alegando pressa, protocolou um substitutivo ao Projeto de Lei que propunha a nova

LDB, com o acordo de que ele não sofreria emendas. Passados vinte e um dias, o substitutivo já tinha 1.063 emendas, de todas as naturezas. Isto provocou um processo longo e desgastante de discussões e embates, que durou

formação especial na universidade pública, para os professores das redes municipal e estadual. Os professores de educação infantil e os da universidade ganham o mesmo salário. Há nas escolas, redes articuladas de trabalho

pedagógico, com equipes multidisciplinares organizadas pelos especialistas de educação. A reforma previdenciária manteve a aposentadoria após 20 anos de serviço para a professora, e após 25 anos para o professor. Uma professora titular tem 15 crianças sob sua responsabilidade e 2 auxiliares. A cada

González, que pegou a Espanha quebrada. Ficou dezoito anos no poder, teve cinco Gabinetes, rearticulou a economia espanhola, investiu nos bancos, fez crescer a cooperação econômica, melhorou as estradas, ampliou a telefonia, Felipe González foi brilhante em tudo, menos na educação e na saúde. Para a educação, a Espanha destinava 4,5 % do PIB, e passou para 5,5%; quase 70% da saúde foi privatizada.

Na minha visão, passível de toda a crítica, González pensou uma reforma na educação de cima para baixo, partindo de um bom projeto, mas com a mediação de intelectuais com uma visão hierarquizada, até chegar à base, em alianças com a sociedade que, a esta altura, já lutava contra o neoliberalismo. Ao invés de criar vagas no ensino superior, González fez alianças com a rede de televisão estatal e privadas, e criou a TV do Futuro, modelo que o Brasil copiou, criativamente chamando de TV Futura. Os espanhóis criaram as estruturas curriculares, ou Padrones Curriculares Comunes. Nós, aqui, criamos os PCN's, Parâmetros Curriculares Nacionais. Copiamos dos espanhóis o conceito de avaliação criado pelo Banco Mundial, para fazer estatística de otimização dos cursos, sobretudo de educação fundamental. Copiamos também a compra de vagas do ensino superior particular, no lugar de investir na universidade pública. Aplicamos na reforma educacional brasileira o modelo da Espanha, com algumas contradições. Por exemplo, aqui, a ética é considerada tema transversal, mas o mesmo ministério que aprovou a ética como tema transversal, vetou a filosofia como matéria a ser ensinada no ensino médio. Acho difícil discutir ética sem uma



Foto: Robson Monteiro

quase dez anos. O resultado é que, ao ser promulgada, no dia 20 de dezembro de 1996, a Lei 9.394/96, chamada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, era uma lei natimorta, atropelada por muitas contradições e que não contemplou as bases críticas.

## As más escolhas

O nosso país tem feito más escolhas em educação. Como Ministro da Educação dos anos noventa, Paulo Renato de Souza tinha dois modelos para fazer as reformas educacionais. Um deles era o modelo francês, inspirado no movimento estudantil de maio de 1968, que promoveu uma grande luta por melhor financiamento da educação, atualização curricular, formação em serviço, etc. A reforma educacional francesa começou em 1968 e terminou em 1995, quando a França passou de 8% do PIB para a educação para os atuais 12% do PIB. Neste período, a França criou uma linha de

quatro anos de trabalho, o professor tem um semestre sabático, para atualização. Todo o professor tem bolsa suplementar, além do salário, para fazer doutorado. A França criou os conceitos de interdisciplinaridade, de multidisciplinaridade e transdisciplinaridade, e também o conceito de transversalidade, ou seja, um currículo objetivo, propositivo, não dogmático, articulado em eixos.

Paulo Renato poderia escolher o modelo francês para fazer a nossa reforma educacional, mas escolheu o espanhol.

O nazi-fascismo sobreviveu em apenas dois países, após a Segunda Guerra: em Portugal, com Salazar, e na Espanha, com F. Franco. Espanha e Portugal ficaram fora do desenvolvimento europeu até a década de oitenta, por causa da corrupção, da defasagem na pesquisa, na previdência, das leis atrasadas, das estradas precárias, etc. Os espanhóis elegeram, em 1980, o social-democrata Felipe

formação filosófica. A orientação sexual é tema transversal, mas não temos nenhum curso de licenciatura, nem disciplina de ao menos um semestre na universidade, que trate da sexualidade. Meio ambiente é tema transversal, mas não temos cursos de formação em meio ambiente, não temos uma rede de mestrados públicos que forme pesquisadores e educadores para a ecologia.

## A síndrome da parabólica

A reforma educacional recente produziu, no Brasil, a concepção de que a verdadeira escola é a escola parabólica, uma idéia de que a tecnologia nos salvará, o computador, o vídeo... Eu acho que são brilhantes instrumentos, mas ainda sou a favor da refundação da escola moderna, onde o computador respeite e espere na fila, dando lugar aos livros, a uma boa biblioteca. Sou por uma boa educação primária ou basilar, que depois se articule, no ensino médio, com a apropriação da tecnologia. Hoje, o modelo de tecnologia que temos é consumista, de game-maniacos, de uma curiosidade diletante na internet, o que faz com que o crescimento do acesso, sem uma proposta político-pedagógica, não se traduza numa emancipação, mas num mero consumo. O computador que espere, e dê a vez ao livro, ao teatro, ao brinquedo, na nossa escola, pois ela tem que humanizar.

## E a nossa auto-estima, como vai?

Todas estas transformações da escola, em convento, em fábrica de diplomas, em quartel, em reduto fascista, em local de

assistência social e em parabólica, provocaram um sofrimento tal, que o professor e o especialista perderam muitas dimensões, com destaque até para a auto-estima. Quando ando pelas estradas, leio

Quem sabe o ladrão tem piedade de mim...".

Procurei falar-lhe sobre a potencialidade de nossa luta e a grande esperança em um projeto político-pedagógico que consi-

*Foto: Robson Monteiro*



nos caminhões: "Sem caminhão, o Brasil pára" ou então, "Eu carrego o Brasil nas costas, cuidado comigo". Fico pensando "olha só a auto-estima do caminhoneiro"... uma vez, li num carro "Sem advogado, não há justiça. Consulte sempre um advogado". Achei meio presunçoso, mas... Demonstra muita auto-estima.

Outro dia, na UNICAMP, vi num carro, uma plaquinha artesanalmente feita, "Não adianta me seqüestrar, sou professor". Fiquei tão assustado, que esperei a pessoa chegar, e falei: "Retire isso, é politicamente equivocado". O professor respondeu: "Eu não! Tenho que me sustentar, estou fazendo doutorado, não tenho bolsa e com esta onda de seqüestro...

derasse a escola como espaço de humanização, de aculturação humanizadora.

Projeto pedagógico na mesma marcha da sociedade civil, eis o caminho...

Nós, professores e especialistas, sofremos nos últimos anos um dos maiores arrochos salariais, perdemos prestígio social, a ponto de o nome professor caber melhor para técnico de futebol. Mas não podemos chorar num muro de lamentações. Temos que reconhecer que condições políticas levaram a isto, e decidir o que fazer com o que fizeram de nós.

Os últimos vinte e cinco anos são uma boa inspiração para a educação, pois nesses anos o



movimento da sociedade civil brasileira fez muito mais do que em países que passaram por revoluções. Nos últimos vinte e cinco anos, manifestaram-se outros sujeitos coletivos na sociedade civil brasileira e a escola que quiser ser humanizada e humanizadora, tem que enxertar nesta marcha o seu projeto pedagógico.

Num país que nunca respeitou as crianças - os "Meninos de Engenho", os "Capitães da Areia", os "Pixotes", os trombadinhas, os pivetes - nós criamos o Estatuto da Criança e do Adolescente, lei maior deste país e a maior expressão de cuidado ao adolescente e à criança, embora talvez levemos cinquenta anos para praticá-la.

Num país que nunca respeitou a mulher - matar a mulher era sinal de amor perverso, com músicas de baixo valor que dizem "se te pego com outro te mato, te mando algumas flores e depois escapo" - nós criamos delegacias de defesa da mulher, casas de abrigo para protegê-la, estruturas de emancipação, pesquisas de gênero, coordenadorias da mulher em prefeituras e governos estaduais. A mulher hoje representa 51% do eleitorado, 52% do contingente universitário, 68% da educação brasileira. Ocupa um espaço indelével na economia, na política e no trabalho, e haverá de transformar o sistema ocupacional, com uma determinação política que venha a superar o machismo e os estereótipos.

Num país que nunca respeitou o negro, fizemos leis antidiscriminatórias e leis de integração - emergenciais, algumas - fizemos políticas de cotas, promovemos o debate, ainda que saibamos da exigüidade das políticas de reparação.

Num país que nunca respeitou

o portador de necessidades especiais, criamos comissões de defesa, grupos de inclusão no trabalho, equipes multidisciplinares atuantes, e uma política de inclusão na escola, que precisa ser melhorada, mas é muito melhor do que a segregação totalitária que havia há algum tempo atrás.

Num país que destruiu o meio ambiente, destruiu as florestas e poluiu rios, fizemos a Eco-92, o Código Ambiental Brasileiro, constituímos comissões, acionamos o Ministério Público, os Conselhos municipais, estaduais e federal, demarcamos terras indígenas, áreas de desenvolvimento sustentável, áreas de proteção a mananciais. Hoje, pela primeira vez, cuidar do meio ambiente é uma realidade. Toda escola deve ter um projeto ambiental emancipatório, e uma criança educa os pais, dizendo: "Não jogue lixo nas ruas". Compreendemos o quanto é verdadeira a frase do chefe Seattle: "Tudo o que acontecer à terra, acontecerá aos filhos da terra". Agora, a escola tem que superar a concepção casa-grande, de produzir lixo - cortar cartolina, fazer brinquedo - e chamar alguém da senzala para limpar. É preciso que chegue a outra concepção, outra conduta, outras posturas.

Num país que pouco respeitou o idoso - que é apenas tolerado - fez-se o Estatuto do Idoso, o que é um avanço. Vimos hoje que a verdadeira democracia se faz com a convivência de diferentes pessoas, com diferentes maturidades etárias, psíquicas e sociais, assim o idoso acrescenta a experiência e a afetividade a esse universo cada vez mais segregacionista que é a família.

Num país de violência e discriminação sexual vimos nascer uma nova cultura dos direitos sexuais,

da orientação sexual como direito humano inalienável, da participação de formas de viver e amar com os mesmos direitos tanto para os heterossexuais quanto para os homossexuais e outros sujeitos de sua sexualidade. Cultura e legislação avançam nesses campos nos últimos 25 anos.

Penso em publicar, nos espaços que me sobram nesses dias de luta, um livro com o título "As sete portas do futuro, os sete sujeitos emancipatórios do Brasil", que fala sobre a criança, a mulher, o negro, o deficiente ou portador de necessidades especiais, o idoso, o meio ambiente e as minorias sexuais. A Escola que quiser humanizar deve ter projetos vinculados a estes temas. Conhecer esses temas e aliar-se a esses sujeitos é o caminho da escola para a humanização, para a solidariedade, para a produção da cultura da igualdade e do respeito às diversidades.

## Parodiando um grande Mestre

Precisamos saber que quem está na escola pública, hoje, é outro usuário. Parodiando um grande educador, Jesus de Nazaré, eu diria: "Sereis julgados pelo que fizerdes aos últimos".



Aplicando isso na educação, de forma metafórica, seremos julgados pelo que fizemos aos últimos de nossa sala de aula, e não aos primeiros. A escola não precisa de muita pedagogia para entender, amar e dialogar com uma criança com elevada auto-estima, hábitos higiênicos, pai e mãe, arrumada, segura, que traz uma laranja para você, que levanta o dedo para falar e pedir para ir ao banheiro. Mas é nossa tarefa transformar num ser humanizado, a criança que veio da periferia, sem auto-estima, violentada simbolicamente, estimulada pela cobiça do consumismo, sem critérios ou testemunhos éticos, sem pai e mãe, sem hábitos higiênicos básicos, com o brilho do olho embaçado pela violência e pela exibição de coisas que ela não consegue processar. Seremos julgados pelo que fizemos a elas...

Amar essa criança como sujeito de nossa prática não significa encadear louvações sentimentais, como muita gente acha. É reconhecer que a escola existe para esta criança aprender; que o diretor, o especialista, o professor, o currículo, o prédio, tudo mais é secundário. O principal da escola é que esta criança aprenda. Quando ela aprende, tudo mais toma sentido. Se ela não aprender, todo

*Foto: Fernando Cardozo*



mundo é negado na sua função.

## Humanizar os saberes

Aprender o quê? Sensibilidade, cultura, falar bem - a linguagem precede o pensamento. Humanizar os saberes, significa transformar todo o conhecimento que temos, em códigos, para que a criança entenda a vida. Imagino que a criança possa representar a sua existência, a partir de saber falar bem, pensar bem, ter uma crítica frente à ditadura autoritária dos programas de TV, que bestificam crianças, transformando-as em brinquedos de um tipo de sexualidade precoce, mecânica. É lamentável que os meninos e meninas, hoje, tenham como modelo quase unitário a ditadura desta cultura do consumo e da violência, da competição e do exagero, a partir de uma sexualidade permissiva, consumista de um exibicionismo corporal. Nós temos que interferir...

Platão falava de Eros, da educação do amor, nós temos que organizar uma proposta pedagógica que fale de sexualidade, da afetividade, do meio ambiente, que se relacione com a comunidade. Uma ecológica comunitária amorosa e responsável.

## Profeta e professor

Temos que construir um currículo para que estes sujeitos apareçam no fazer escolar e no fazer pedagógico, para o respeito, para a reconstrução de valores, para a leitura, para visita um do outro. Para que isso aconteça, temos que promover uma reeducação para nós mesmos. A mentalidade da escola ainda é uma mentalidade

de classe média, idealizamos a criança, a estética da escola ainda é uma estética militar. Escola tem que ser lugar de vida e não lugar de trabalho morto. Fico triste quando entro na sala de uma diretora e vejo um crucifixo, uma foto de político, um globo que ainda tem a União Soviética, uma mesa de madeira e um arquivo de aço, nada que combine, porque é tudo doado, uma impressora que só grita, e não solta papel, uma máquina de escrever, e uma flor de plástico, cheia de excremento de mosca, lugar de trabalho morto, lugar de ausência de vida, de poesia, de estética.

A humanização da escola é uma caminhada que não é de uma pessoa, nem de um partido, nem de um sindicato, é tarefa da sociedade civil. Os partidos e os sindicatos podem fazer a mediação, a sociedade civil passa por eles, mas a tarefa da coletividade social é maior do que eles. Haveremos de ser modernos sim, vamos deixar para trás as matrizes jesuíta, positivista, fascista, tecnicista e vamos caminhar na direção da utopia, de braços dados com a tolerância, acreditando uns nos outros, refazendo um pacto de confiança na escola e criando crianças para serem felizes.

Paulo Freire dizia que professor e profeta são palavras que têm a mesma raiz. Profeta é aquele que profetiza, e professor é aquele que professa. O professor, por ofício, tem que acreditar no ser humano, e no seu ofício de educar.

Eu penso que o professor é maior que o profeta, porque o profeta prevê o futuro e o professor o realiza, com as crianças que tem frente a si na escola. O futuro está ali, brilhante, com os olhos vívidos, olhando para nós.

Transcrição de palestra proferida no 9º Congresso do SINESP-2005

**Prof. Flávio Boleiz**

Pedagogo,

Mestrando em Educação e Coordenador do Grupo de Trabalho de Ecopedagogia da FEUSP/SP,

Professor de Pedagogia e Letras das Faculdades Morumbi e Albert Einstein.



O Prof. Boleiz apresenta sua palestra ao lado das Diretoras do SINESP Marilva e Eliana

# “Ecopedagogia: marco ético para o cotidiano escolar”

## Para entender como construímos as diferenças

**V**amos falar da inclusão social, do ponto de vista da planetaridade, que é um termo relativamente novo, criado por Paulo Freire a partir da Carta da Terra. Ele fala da planetaridade num livro muito interessante que escreveu no ano de 2000, chamado Pedagogia da Terra, no qual explica a história da ecopedagogia, desde o seu surgimento, o seu desligamento da educação ambiental e o seu caminhar em paralelo, buscando um objetivo parecido.

Vamos abordar o tema da diversidade, falar sobre a situação do planeta, do nosso país, e sobre a necessidade de inclusão.

Para entendermos a diversidade, imaginemos a possibilidade de sermos levados para fora do planeta por Extra Terrestres. Se eles pedissem para descrevermos o lugar em que vivemos, diríamos que é um planeta azul, bonito, cheio de água, que tem florestas, muito verde, que tem algumas cidades onde as pessoas moram.

Quando a nave em que estivermos for se aproximando do nosso planeta, teremos uma visão diferente. Os humanos, com sua capacidade e inteligência, foram capazes de criar coisas fantásticas, como a estação espacial para pesquisas, que fica orbitando em volta da Terra. Imaginem quanto tem aí de valor agregado, tanto financeiro, como de pesquisa e ciência! Mas, quando o olhar começa a se aproximar mais, é que conseguimos ver as diferenças. Neste mesmo planeta ainda há pessoas vivendo numa situação contrastante, pessoas que sobrevivem de catar lixo, como na Ilha das Flores.



Por que esta diferença tão grande na justiça social, e que existe até mesmo entre nós? Há uma dinâmica de grupo, chamada Corrida da Justiça Social, que ajuda a entendermos como funciona a exclusão social.

As pessoas ficam em fila e ao lado uma da outra, e o orientador do jogo dá algumas ordens simples, como: “Quem já viajou para o exterior dê um passo à frente”, ou “quem, além de trabalhar, tem que cuidar da casa, dê um passo atrás”. Pode-se trabalhar o aspecto cultural nas perguntas. Depois de vinte ou trinta ordens, pede-se para as pessoas se observarem e verem o posicionamento delas, em relação ao ponto de saída. Iremos perceber que, mesmo entre nós, que somos todos da área de educação, e que vivemos de uma maneira mais ou menos equitativa, as distâncias aumentam muito neste exercício.

## Essencialmente iguais e naturalmente diferentes

As relações sociais se dão entre sujeitos, que por sua condição de humanidade, são essencialmente iguais e naturalmente diferentes.

No planeta Terra somos mais de seis bilhões de pessoas, e estamos organizados em mais de 200 países. Dá para ter uma idéia de como nosso planeta é diversificado.

Somos muito diferentes, brancos, amarelos, negros, mas somos uma única espécie, temos apenas uma linhagem genética. Com as pesquisas do Genoma, está comprovado que, quando se fala em seres humanos, não se fala mais em raça. Usamos o termo raça,

por conta das lutas raciais que são importantes, legítimas e precisam ser fortalecidas, mas do ponto de vista genético, do ponto de vista do Projeto Genoma, quando se trata da espécie humana, não se pode falar de raça, como é o caso de outras espécies que habitam o planeta junto conosco. Temos etnias diferentes, diferenças que se devem principalmente à influência climática e regional, com relação aos lugares onde vivemos na Terra.

Não há razões de ordem natural que justifiquem desigualdades econômicas e sociais tão terríveis neste mundo, em que o capitalismo é um modo de produção social. Tenta-se, a todo o momento, encontrar justificativas que tenham apoio científico, para explicar porque algumas pessoas são tão pobres e outras tão ricas, porque que os homens mandam nas mulheres na maioria dos países, porque as crianças são tratadas como seres de segunda categoria. Há pouco, fez-se uma pesquisa para tentar demonstrar que as mulheres são menos inteligentes que os homens, porque teriam menos neurônios, ou porque que os homens, sendo maiores, têm cabeça maior e mais capacidade de inteligência. É claro que, logo em seguida, cientistas mais sérios vieram demonstrar, através de outra pesquisa, que isso é bobagem, que é uma tentativa de legitimar a idéia de que são os homens, de preferência velhos e brancos, que têm mais condições de governarem e tocarem o desenvolvimento da humanidade, como sempre tocaram a vida neste planeta, de uma forma que não podemos nos orgulhar.

## Os terríveis dados da diferença

Um quarto da população mun-

dial vive na pobreza absoluta e tem rendimento inferior a um dólar por dia, e outros dois bilhões vivem apenas com o dobro deste rendimento. Há, no mundo hoje, cerca de 40 milhões de pessoas infectadas pelo vírus da aids, sendo que 60% delas, ou seja, 24 milhões vivem na África. A discriminação pode ser visualizada no mapa.

Falando de fome, violência e desigualdade, segundo o relatório da ONU de 2003, 842 milhões de pessoas estão sofrendo o martírio da fome. Hoje em dia, morre uma criança a cada sete segundos, vítima de fome. Já pararam para pensar nisso, enquanto a gente está aqui, num lugar confortável e bonito, tem crianças e adultos morrendo de fome, a nossa responsabilidade é grande.

O século passado foi o mais violento, com muitas mortes causadas pela guerra, que ainda está presente em vários países, fazendo com que as pessoas tenham que se deslocar fugindo dela. Entre os 19 milhões de pessoas refugiadas e exiladas no mundo, 80% são mulheres e crianças, porque os homens vão para guerra e morrem. Entre 1992 e 2000, dois milhões de crianças foram massacradas nas guerras e nos conflitos regionais, 6 milhões ficaram feridas ou permanentemente inválidas, 12 milhões ficaram sem teto por causa de conflitos. Entre 80 e 90% dos que morrem ou são feridos em conflitos são civis, principalmente crianças e suas mães. Os conflitos transformaram em órfãos, ou separaram de suas famílias, mais de um milhão de crianças só na década de 90, sem falar naquelas vítimas das minas de explosivos.

No Brasil, dizemos que não temos guerra. Mas convivemos com 40 mil assassinatos por ano, e para a ONU, 15 mil já é um indicador de

guerra. A taxa de assassinatos de jovens no Brasil cresceu de 30 para 52,1 para cada 100 mil habitantes. Há notícia, bastante boa, de que diminuiu em 30% o número de assassinatos, especialmente em São Paulo e Rio de Janeiro. É claro que o governo faz festa, diz que a polícia está agindo bem. Entretanto, há especialistas no assunto dizendo que essa diminuição dos assassinatos é fruto da queda do uso do craque, uma droga que causa muita violência, muito assassinato. Agora, parece que as drogas da moda são a maconha e o êxtase, que acabam causando uma dependência num prazo mais longo, e com menores índices de violência.

## O problema da água

Segundo dados da ONU, um quinto da humanidade não tem acesso a água potável. Nos países em desenvolvimento, 90% da água utilizada é devolvida sem tratamento, na forma de esgoto, para a natureza. Em São Paulo, apenas 48% da água é tratada.

Temos, no Brasil, o maior manancial de água de superfície e o maior aquífero de água disponível pra uso: a bacia do Amazonas e o aquífero Guarani. Nós flutuamos na água, como o Iraque flutua no petróleo. Mas o desperdício de água é enorme: 70% da água tratada vai para a agricultura, 20% para a indústria e 8% vai para o consumo nas residências.

Os gastos com a

água também assustam: para produzir 1kg de papel, se gasta 540 litros de água; para cada tonelada de aço, gastam-se 260.000 litros de água. Nos EUA, uma pessoa chega a gastar 300 litros de água por dia, mais do que uma caixa d'água pequena, que abastece uma família na periferia de São Paulo. Na região do Saara, o consumo por pessoa é de 8 litros; em Israel, que também é um deserto, cada pessoa usa até 150 litros por dia, o que mostra a diferença do ponto de vista da distribuição da riqueza, onde estão concentradas, geram conforto.

## A cor da pobreza no Brasil

No Brasil, temos cerca de 10 milhões de desempregados. Segundo o IPEA, o Brasil tem cerca de 300 milhões de pessoas em estado de pobreza. Desses, 63% são negros, e 37% são brancos. Entre as crianças pobres de 0 a 6 anos, 38% são brancas e 65% são negras, e a conclusão é que a pobreza tem cor no Brasil: ela é negra.

Se não existem motivos naturais para desigualdades sociais, qual é a causa desta desigualdade? No Brasil, na época da descoberta, havia 5 milhões de indígenas e no ano 2000 eram 320 mil. Temos 15 milhões de sem terra, e lendo um livro da Roseli Caldarte, Pedagogia do Movimento Sem Terra, ficamos sabendo que, embora muita gente neste movimento nunca tenha sido agricultor, os seus antepassados foram.

Para entendermos o grau de concentração de renda no Brasil, vamos a um exemplo. Uma pesquisa há um tempo atrás, com-

parava o salário do presidente da Toshiba, uma empresa japonesa, cuja sede mundial fica no Japão, com o salário do ascensorista. Enquanto no Japão, o salário do presidente era 12 vezes maior, no Brasil, o presidente ganhava 34 vezes mais que o ascensorista.

Segundo o Censo de 2000, o Brasil tem 50 milhões de pobres, 32,7% da população. Desses, 21,4 milhões são indigentes (13,9%). O Brasil tem 21 milhões de pessoas que não moram em casas.

## Dados da educação no Brasil

Para refletirmos um pouco sobre a profissão docente no Brasil, vamos a alguns dados. Segundo o INEP, somos mais de 1 milhão de professores no ensino fundamental, 248.632 na pré-escola, 41.045 em classes de alfabetização, 448.569 de docentes no ensino médio, 42.641 no ensino especial e 152.302 no ensino de jovens e adultos.

Segundo o IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o número de crianças fora da sala de aula, que era de 11,04% em 1983, caiu para 5,03%, em 2004. A diferença mais significativa aconteceu no Nordeste, onde o índice caiu de 16,6% para 7,7%. Apesar destas melhoras, praticamente 60% da população com mais de 10 anos não completou o ensino fundamental. Portanto, 1/3 da população pode ser considerada analfabeta funcional.

Vivemos num país, em que o acesso à escola sempre foi tão precarizado, tínhamos 11% das crianças fora da escola, que quando chegamos a um índice menor que 5%, até festejamos.



Mas 5% ainda é muita criança fora da escola, num país que tem uma população tão grande. Então, temos muito que batalhar, sem falar que estes números dizem respeito a matrículas, e não a real frequência na escola, são números irreais, que muitas vezes falam de uma melhoria, mas camuflam a realidade.

Em termos de analfabetismo, temos hoje, 900 milhões de adultos analfabetos, sendo que dois terços são mulheres. Já no Ensino Médio, o número de mulheres é superior ao de homens.

No Brasil, cerca de quatro milhões de crianças são submetidas ao trabalho infantil e outras seis milhões freqüentam a escola de maneira irregular. Outros números que nos envergonham: 50 mil crianças trabalham em depósitos de lixo, e 500 mil meninas até 18 anos vivem da prostituição. É um número muito grande.

## Vamos organizar a nossa casa

A nossa casa é o planeta Terra, somos cidadãos do mundo. Como estamos organizando a nossa existência neste planeta?

Tal como faz o cupim, o homem está corroendo, destruindo e acabando com o planeta, está devastando áreas verdes imensas, já há milhões de anos, e a uma velocidade cada vez maior. Se destruirmos tudo, vamos morrer junto com a Terra, daí a importância da discussão ecológica, junto com a econômica, e mais ainda, a importância de refletirmos e agirmos a respeito do modo de produção da nossa existência neste planeta. É extremamente importante não só para as futuras gerações, mas para a nossa também, pois não é por acaso que agora temos

furacões no hemisfério sul, não é por acaso que a água invade os lugares com muito mais facilidade, o degelo das calotas polares é uma realidade.

## No chão da sala de aula, uma pedagogia do anti-poder

Fiquemos atentos à nossa relação com o meio em que estamos inseridos, tanto o meio natural, como o meio cultural. O professor Vitor Paro costuma dizer que, hoje em dia, continuamos vivendo em cavernas, só que antigamente as procurávamos para morar, e agora descobrimos um jeito de fazer a pedra virar pó, e construímos as cavernas do jeito que queremos. Então, percebemos que a nossa relação com o meio continua como antigamente.

Eu quero falar com vocês sobre o chão da sala de aula, o cotidiano escolar, pensando numa ecope-

dagogia que se afine, que vá ao encontro de uma mudança radical na nossa maneira de produzir a existência neste mundo.

Sob o ponto de vista político, este é o melhor tempo para se falar de política, tempo de muita desilusão, quando a impressão que se tem, é que ninguém mais presta, que não se pode mais ter esperança, que as utopias finalmente acabaram, como o neo-liberalismo vem pregando há muito tempo. Afinal, depois de tanta batalha, tanta luta, conseguimos eleger um cidadão que era um homem do povo, para ser nosso presidente. Colocamos no poder, um partido que vinha se apresentando como alternativa em termos de ética para a política e, entretanto, vemos o país passando por um período negro da história.

Um autor contemporâneo diz que toda a vez que esquerda chegou ao poder, ela traiu suas bases. Reconheço que isto é real, mesmo deixando bem claro que sou de esquerda, sou comunista

*Foto: Robson Monteiro*



**Platéia atenta à palestra do Prof Boleiz**



e marxista. Assim foi na União Soviética, assim foi nos países do leste europeu, assim aconteceu nos países da África, assim, infelizmente, estamos vendo acontecer no nosso país, onde a política do Estado, apesar de ser mais ampla do que a do governo passado, não está fazendo mais do que reproduzir o que aquele governo fazia.

O próprio Bakunim, que era um anarquista, dizia que, cada vez que um representante do povo chega ao poder, deixa de ser representante do povo e passa a ser representante do poder. Ao falar sobre poder, governo, traição das bases, a discussão que quero trazer pra vocês é a seguinte: se toda a vez que a esquerda chegou ao poder, traiu as suas bases, talvez tenhamos que pensar numa maneira de mudar o mundo, que não seja através da tomada do poder. Talvez tenhamos que pensar, já que somos educadores, numa pedagogia do anti-poder, que ao invés de privilegiar o poder, como sempre aconteceu, desde a época da ascensão da burguesia, que se comece a pensar num poder diferente. Não o poder de uns sobre os outros, mas o poder-fazer, a partir do lugar, do ambiente, ecologicamente falando, onde a gente se encontra.

Não estou querendo fazer pregação nem impor uma ideologia nova, mas falando um pouco das minhas reflexões em torno da ecopedagogia e o ambiente a que me refiro, é o ambiente da escola.

## Por uma democracia para todos

Aqui no Município de São

Paulo, desde o prefeito Mario Covas, que não foi eleito, mas foi o primeiro prefeito depois da ditadura, desde aquela época, houve vários movimentos de abertura para com a Rede Municipal de Ensino, e vários projetos para a democratização do ensino foram apresentados na rede pública. Por que será que a maioria não deu resultado, e poucos deram resultado plenamente satisfatório? Onde será que está o problema?

Talvez esteja no fato que, quando se pensa em democracia, tenha-se a idéia daquela democracia em que a plebe deruba o poder do rei. Mas não nos esqueçamos, de que quem fica com o poder, não é a plebe, mas a burguesia. É uma democracia que está a serviço, na verdade, de uma determinada classe trabalhadora e de determinados tipos de interesse. Na escola, muitos dos projetos que a Secretaria de Educação apresenta, tentam nos obrigar a ser democráticos, como se fosse possível obrigar alguém a fazer democracia.

Padilha, um autor que escreve sobre o planejamento escolar, nos fala da necessidade de pensarmos no planejamento ascendente socializado, ou seja, ao falarmos de democracia, não adianta perguntar para a base como ela quer que se coloque lá a democracia, mas sim que democracia a base quer construir comigo. Quando eu falo de base, me refiro aos nossos alunos, desde a educação infantil, aos nossos professores, aos demais funcionários da escola, à comunidade. Se não pensarmos numa democracia que se sustente

em todos os segmentos que estão na escola, ela não será sustentável, ficará apoiada num pilar manco, que diz respeito apenas aos interesses da burguesia, uma democracia que tem aparente igualdade para todos, mas, na realidade, há uma igualdade mais igual para uns do que para outros, e é fácil identificar isso.

## Não reproduzir modelos na escola

Se o socialismo não deu certo no mundo, eu pergunto para vocês, e o capitalismo deu? Os países da África são todos capitalistas, o nosso país é capitalista, olhem para o Vale do Ribeira, ou para a região Nordeste...

É preciso modificar as relações que o capitalismo nos impõe, e um projeto político-pedagógico, não pode suportar mais que, dentro da sala de aula, diante destes meninos que temos ali, tentemos reproduzir um modelo que cause este tipo de relações.

Se toda vez que a esquerda chegou ao poder, traiu as suas bases, há uma explicação para isto: o



Estado nacional surge justamente após a ascensão da burguesia, surge no bojo da ascensão capitalista, e o poder do Estado é um poder capitalista. O socialismo, a esquerda, se corrompe quando chega ao poder, porque vai para um poder que é capitalista, por isso que propõe que se mude o mundo sem tomar o poder.

A escola, neste modelo que temos, surge com a ascensão da burguesia. Por isso tem este modelo de ordem, em que um senta atrás do outro. Ordem e progresso, tal como Comte já pregava, ao defender o positivismo.

Surgindo com a ascensão da burguesia, a escola tem o poder de, numa sala de aula, ensinar a muitos, muitas coisas, ou de ensinar cada um a ficar no seu lugar, de preferência com a cabeça baixa, porque é assim que se consegue reproduzir o jeito social em que se vive.

## Uma outra pedagogia é possível

Só que outras maneiras de pedagogia e de ensino são possíveis. Como especialistas de educação, pedagogos, supervisores, diretores, coordenadores e professores, temos que dar cabo deste modelo de educação que reproduz este modelo de sociedade, como algo podre, que não funciona e do qual temos vergonha, mas que reproduzimos em sala de aula. Será tão difícil mudar as coisas? Claro que fácil não é, porque se fosse fácil, já teria sido mudado...

Precisamos de novos modelos pedagógicos, de novos métodos pedagógicos? Parece que não, porque só no século XX, desde o começo, com a ascensão da escola nova, com o construtivismo e tudo mais, tantos modelos nos foram apresentados, e na verdade não modificaram a escola.

Se não é questão do modelo, então o que está precisando mudar, para que haja sustentabilidade nas relações de aluno com aluno, de aluno com professor, nas relações da comunidade com a escola e da escola com a comunidade? É preciso saber que há outros modelos de escola, que são anteriores ao capitalismo.

Na Grécia antiga, Sócrates não se sentava numa sala de aula, mas falava, conversava com seus alunos, perguntando, inquirindo sobre as relações do mundo. Não estou dizendo que aquele era o modelo ideal para os nossos dias, mas acontece que já passaram também os dias, em que a maneira de se tentar transformar o mundo é colocar um atrás do outro, falando amém com a cabeça, como vaquinha de presépio...

## Aprendendo com o desastre

Reconheço que não é fácil formar cidadãos livres e conscientes, numa sociedade voltada muito mais para a defesa do material do que para a vida humana. Vimos, após a passagem do furacão Katrina, os soldados em Nova Orleans atirando nas pessoas que estavam saqueando os mercados, numa cidade arrasada, sem comida, em que saquear era a única maneira de alguém tentar sobreviver durante sete ou oito dias, esperando socorro.

Se este não é o modelo de sociedade que queremos, como trabalhar para mudá-la dentro de uma sala de aula?

Temos alguns princípios de valores da ecopedagogia que devem estar presentes constantemente no cotidiano escolar. São apenas alguns, porque outros deverão ser consultados e trazidos a partir daquilo que os alunos vivenciam nas suas comunidades.

Primeiro, tentar mudar a relação hierárquica. Hoje, só não temos mais aquele tablado para o professor ficar mais alto, mas o professor ainda se contrapõe à posição do aluno, fica falando e o aluno escutando. Muitos alunos resistem a esse modelo, que há muito não é eficaz, se rebelando através de uma indisciplina, com a qual não sabemos lidar.

Paulo Freire nos trouxe idéias fantásticas de educação, sendo uma delas a de levarmos autonomia não somente para o professor, mas também para o aluno na sala de aula, colocando em suas mãos as condições de decidir. É decidindo que aprendemos a decidir, e construindo que apreendemos a



construir, não colocando em prática o que os outros nos trazem, mas o que nós trazemos.

Outros princípios e valores importantes são os da Agenda 21, de uma educação ambiental que se preocupe com o meio-ambiente. Não só com a reciclagem, mas de como construir um ambiente gostoso dentro da sala em que estamos agora.

Outra coisa importante é aprender que cada pessoa tem a sua identidade, cada pessoa é um indivíduo, um diferente do outro, mas que diferença não é o contrário de igualdade, diferença não é desigualdade. Diferença é aquela parcela que está na subjetividade do ser humano, na sua condição de sujeito único, mas membro participante de uma única espécie humana. Outros valores são aqueles da não violência. Temos o exemplo de Gandhi, que fez a libertação do seu país, sem violência.

Outro aspecto importante a ser trabalhado é a nossa escolha por material didático, e a socialização desse material. Vemos as crianças da educação infantil usarem comunitariamente o material, e depois, no ensino fundamental, na maioria das escolas, cada criança tem sua caixa de lápis, tem o seu material separado. Do ponto de vista infantil, as crianças passam por uma fase egocêntrica nessa época, mas é bom voltarmos a socializar o material. Sendo de boa qualidade, dura mais tempo e pode passar de um ano para outro, causando menos prejuízos à natureza.

Devemos estar atentos também à relação dos nossos alunos com água, com a energia elétrica no seu dia a dia, no cotidiano escolar.

## Carta da Terra



A ecopedagogia coloca questões que estão na Carta da Terra, um documento que é um marco ético, baseada em quatro princípios, para que se possa alcançar um outro paradigma de vida na sala de aula, na família, na sociedade como um todo e no mundo.

O primeiro, diz respeito à vida, ao outro e a todos os seres vivos, rever os valores, considerar, nestes valores, o respeito à diversidade das sociedades diferentes.

O segundo princípio, diz respeito à integridade ecológica, pois se acabarmos com os recursos naturais, não haverá vida no planeta.

O terceiro princípio, fala da justiça social, pois não dá para pensar num mundo melhor com tanta desigualdade, e com a pobreza atingindo dois terços da humanidade. Precisamos tomar iniciativas, desde o nosso lar, passando pela escola, pelo nosso trabalho, na

busca de reduzir as questões da desigualdade social.

O quarto princípio da Carta da Terra, diz respeito à não violência e à paz, pois não é possível construir um mundo novo quando, ao olharmos para a história do mundo veremos que não houve sequer cinco anos sem guerras.

Quando se pensa em mudar o mundo, não se pode perder de vista que, historicamente, a própria ascensão da burguesia demorou 5 séculos. As primeiras discussões iluministas começaram no Século XII, e só no Século XVII houve a Revolução Francesa. Quero dizer, que podemos, sim, mudar o mundo, sem pressa, mas também sem desistir, com perseverança, olhando para ele com uma perspectiva nova, falando com nossos alunos de um jeito diferente, aos poucos sufocando o autoritarismo que ainda está presente dentro da alma de todos nós, construindo com eles, e não para eles, uma relação de fato democrática.

O mundo se transforma, quando o nosso olhar passa a ser um olhar mais simples. Certa vez, numa aula de ética, discutindo um livro de Gutierrez, Ecopedagogia Planetária, que ensina como trabalhar a ecopedagogia com os alunos, as minhas alunas ponderaram que não é difícil transformar o mundo, é mais uma mudança pessoal de cada um de nós. Parece que a gente precisa aprender a ser um pouco mais simples. O gosto pelas coisas mais simples nos ajuda a poder transformar a vida, para que mais pessoas também tenham acesso ao mais simples, ao básico.



A Organização Mundial de Saúde diz que cada ser humano precisa de oitenta litros de água por dia para usar, beber água, fazer comida, tomar banho, etc. a disparidade entre os que gastam trezentos litros e os que

gastam oito litros, é, nada mais nada menos, que a desigualdade que temos produzido. Por conta disto, temos que fazer mudanças urgentes e necessárias, e começar a fazê-las com uma pedagogia e uma educação diferentes. Receita,

não existe. O que existe, é a necessidade de muito diálogo, fazendo com que a gente consiga transformar as relações entre todos os segmentos dentro da escola, e que cada um se comprometa a se modificar intimamente.

## A chave está nas nossas mãos



Temos a chave do futuro da humanidade, mas para usá-la temos que compreender o presente. Gosto de ser gente, precisamente pela responsabilidade ética e política em face do mundo e dos outros. Não posso ser, se os outros não são. Não posso ser, se proíbo que os outros sejam. A realidade não é esta que vivemos, ela está sendo esta, como poderia ser outra. Para que seja outra, precisamos, os progressistas, mudar. Eu me sentiria mais do que triste, se fortes e indestrutíveis razões me convencessem de que a existência humana se dá no domínio da determinação, domínio que dificilmente poderia falar de opções, de decisão, de liberdade e de ética. É porque o homem é livre, que ele se diferencia tanto dos animais, é por isso que ele tem uma cultura tão grande e diversa. Uma das tarefas mais importantes é propiciar as condições de que os educandos, em suas relações uns com os outros, ensaiem a experiência profunda de assumir, como ser social e histórico, como ser pensante e comunicador, criador, realizador de sonhos.

Paulo Freire nos diz: “O mundo não é, o mundo está sendo”. E Milton Santos nos diz: “é preciso ver o mundo de hoje, porque é preciso não se conformar com ele, e construir um mundo novo”. Vamos nos inspirar neles para empreendermos a mudança.

# 11º Fórum Educacional e Sindical do SINESP

Para onde vai a  
Educação?



**A** época em que ocorreu o 11º Fórum Educacional e Sindical do SINESP, maio de 2006, ficará marcada na memória dos paulistanos. O pano de fundo daqueles dias era a exacerbada violência, causada pelos ataques do crime organizado contra policiais e civis, causando dezenas de vítimas.

O tema levado para o debate no Fórum, “Para Onde Vai a Educação?”, procurou refletir as propostas de mudanças para o setor: o ensino de nove anos, o projeto de ampliação da jornada dos alunos, a terceirização de serviços nas Unidades Educacionais, as condições de trabalho dos servidores da Educação, e outros. O momento pelo qual passava a cidade, propiciou um aprofundamento das questões, ensejando ampla reflexão sobre o papel político da escola pública.

A Revista Pedagógica faz uma resenha dos momentos vividos no 11º Fórum, dando destaque às idéias e palavras dos que dele participaram.



## Em retrospectiva, Benê resgata o pioneirismo do SINESP

Foto: Fernando Cardozo



**Benê, presidente do SINESP, na mesa de abertura com outros membros da Diretoria**

Na abertura oficial do Fórum Educacional e Sindical 2006, a Presidente do SINESP, Maria Benedita de Castro de Andrade, Benê, propôs um minuto de silêncio em memória das vítimas da violência.

Ao externar profunda tristeza com os acontecimentos, Benê falou sobre a necessidade de reformulação das políticas públicas, dando ênfase à prioridade de combate ao tráfico, ao crime organizado e à corrupção em todos os níveis.

Benê fez uma detalhada retrospectiva de todos os Fóruns Educacionais e Sindicais promovidos pelo SINESP, desde a sua fundação, ressaltando o perfil pioneiro do Sindicato: "O SINESP muitas vezes foi precursor em debates que só mais tarde viriam a ser pautados", disse Benê. "Exemplo irrefutável disto, foi a participação, no ano de 1997, da Dr<sup>a</sup> Alba Zaluar no Fórum Educacional e Sindical do SINESP, em um painel com o tema "Poder, sociedade e violência". Hoje, reconhecida como importante estudiosa da violência urbana, a antropóloga Dr<sup>a</sup> Zaluar vem sendo requisitada pela mídia

a opinar sobre o tema.

O pioneirismo do SINESP ao longo dos vários Fóruns Sindicais e Educacionais ficou também evidente na escolha dos temas, que sempre responderam aos questionamentos políticos e educacionais da categoria, ao longo dos anos: em 1998, "O Papel do Especialista de Educação na Construção do Projeto Pedagógico da Escola";

em 1999, "Previdência e Providências"; em 2001, "Gestão Participativa, demandas e desafios"; em 2002, "A Arte de Negociar: uma Competência Educacional"; em 2003, "Previdência em Evidência"; em 2004, "Plano Municipal de Educação: construção coletiva?!"; em 2005, "Educação: desvendando mitos".

"Neste ano de 2006, as propostas de mudanças encaminham as discussões no Fórum do SINESP", disse Benê. "Medidas como o ensino de nove anos, a proposta de período integral na RME, o FUNDEB que tramita no Congresso, muitas vezes desabam sobre o cotidiano dos educadores. O SINESP, sempre na vanguarda, procura fazer com o seu filiado a análise crítica e política dessas demandas. Se não pararmos para a necessária reflexão", disse Benê, "correremos o risco de, em meio a tantas mudanças, perdermos de vista a verdadeira finalidade para a qual a escola pública foi criada, ou seja, ensinar".

## Professor Jaime Pinsky, verdadeiro "senhor cidadania", abriu o Fórum



**O Prof. Jaime entre as Diretoras do SINESP Marilza e Ana Dunkel**

Coube ao Professor Jaime Pinsky a incumbência de incitar os filiados participantes do Fórum a debaterem o tema "Para Onde Vai a Educação?".

O Professor Jaime Pinsky é Historiador, foi Professor universitário

na UNESP, na USP e na UNICAMP, atualmente coordena as atividades universitárias e educacionais da Bienal do Livro de São Paulo. É incansável defensor do exercício pleno da cidadania, e autor de várias publicações sobre o tema.

Foto: Fernando Cardozo



O Professor Jaime Pinsky apontou duas questões que, a seu ver, impedem, no nosso país, o pleno exercício da cidadania: a privatização do espaço público e a tendência a buscar soluções individuais para problemas coletivos.

Ao analisar a crise pela qual passa a educação, o Professor Pinsky propôs caminhos a serem trilhados pelos educadores, na busca de mais sentido para a sua prática. Apontou as dificuldades do educador no mundo globalizado, onde não é mais possível hierarquizar o conhecimento, ou

transmitir a informação, como ocorria antes da massificação dos meios de comunicação e do avanço da tecnologia.

Segundo ele, o professor não pode e nem deve concorrer com os meios eletrônicos, pois o seu papel é ir além: a partir da informação, levar o aluno ao saber, levando-o a contextualizar, analisar, entender a informação, pensar estruturalmente, aproximar-se, enfim, do conhecimento. Para o Professor Pinsky, é fundamental e imprescindível que o professor faça a conexão entre os saberes do aluno e o patrimônio cultural

da humanidade. Para tal, ele próprio deve estudar, ler, entender as coisas, afastar-se da postura “presentista”, isto é, trabalhar apenas com jornais, abandonando os livros, pois o aluno não pode se ater ao seu próprio universo. Sobretudo, o Professor Pinsky incentivou os professores a trabalharem os saberes de acordo com o momento histórico e a pensarem a cultura de forma ampla, como toda produção material e imaterial feita pelo Homem. O papel fundamental do professor e da escola será, então, a produção e a transmissão cultural.

## Painel “Relações de Trabalho no Serviço Público”

### 1 - As relações de trabalho e a saúde do trabalhador

No Painel “Relações de Trabalho no Serviço Público”, o Dr. Koshiro Otani, Médico do Trabalho e sanitarista, Coordenador da área da Saúde do Trabalhador da Secretaria de Estado da Saúde, abordou a questão das relações de trabalho e a saúde do trabalhador”.

O Dr. Otani iniciou sua intervenção com o resgate do papel do Estado: **“Educação, Saúde, Transporte, Segurança, Lazer, todos são bens públicos”**, disse ele. “Cabe ao Estado tutelá-los e prover os recursos para fazê-los cumprir”. Partindo desta premissa, o Dr. Otani colocou-se frontalmente contra a terceirização no Serviço Público. Defendeu que o trabalhador deve ter vínculo com a instituição, para que desenvolva seu trabalho a contento. “Este vínculo traduz para cada um de nós o que representamos na sociedade. Não se trata de uma simples remuneração por uma tarefa”.

Lembrou que hoje a tendência

é a compra e venda de mão de obra, como se fosse mercadoria, o que considera inaceitável nas relações de trabalho.

“O Servidor tem que se sentir feliz, realizado, participante, no seu local de trabalho”, disse o Dr. Otani, lembrando que as equipes gestoras das escolas, das quais fazemos parte, têm a responsabilidade de criar condições para que isto ocorra.

A precarização dos vínculos

trabalhistas, as condições precárias dos locais de trabalho, a falta de valorização salarial, foram apontados pelo Dr. Otani como fatores que interferem na saúde do trabalhador. Hoje em dia é possível atribuir às doenças, causas profissionais, disse ele, pois o trabalhador passa a maior parte do tempo útil no trabalho.

O Dr. Otani citou números preocupantes da Secretaria de Educação do Estado, que provavelmente

Foto: Fernando Cardozo



O Dr. Otani durante sua palestra

se repetam no Município de São Paulo: 60% dos servidores se afastam do trabalho por transtornos mentais; 20% por problemas ósteo-musculares e 20% por distúrbios de voz.

A luta contra a fragmentação nas relações de trabalho, a participação nas lutas sindicais visando a proteção social, são deveres de todo Servidor Público. “É preciso mudar o trabalho, para que o trabalhador não adoça tanto”, finalizou o Dr. Otani.

## 2 - “Desestatização”

Foi o tema levado ao Fórum do SINESP pelo Dr. Edson Ricardo Saleme, Doutor em Direito do Estado pela USP, Pós-Graduado em Direito Internacional Privado.

O Dr. Edson Saleme teceu um panorama histórico, desde o Estado liberal de fins do Século XVIII, passando pelo surgimento das empresas públicas, do Estado de Bem-Estar Social do pós-guerra, até o presente momento, de tendência privatista dos serviços do Estado.

O palestrante fez uma leitura crítica das causas que geralmente são apontadas como desculpas para a privatização ou a terceirização no serviço público. “As terceirizações, tão disseminadas hoje em dia no Brasil, devem ser vistas com cuidado. Muitas vezes são meio para burlar direitos sociais das empresas prestadoras de serviços”, alertou o Dr. Edson.

Ele divulgou normas legais em vigor para disciplinar as terceirizações, que nem sempre são devidamente conhecidas: os serviços terceirizados devem ser regulamentados por Leis, e não por Decretos; caso a Lei os autorize, podem vir em forma de empreitada, fornecimento de mão de obra, franquia; poderão ser alvo de terceirizações, somente as atividades-meio, e não as ativida-

des-fim, como é o caso da Educação.

Também as Organizações Não Governamentais foram alvo da análise crítica do palestrante do Fórum do SINESP, Dr. Edson Saleme: “ONGs sem fins lucrativos?”, questionou ele, “então, de onde virão os recursos?”. Alertou também que licitações são sempre bem vindas, por evitarem danos maiores ao erário. Defendeu o Concurso Público como forma de evitar o aparelhamento do Estado e o apadrinhamento e convidou os presentes a ficarem atentos às relações das ONGs com o Estado: elas têm realmente maior agilidade? Os modelos que oferecem são exitosos? Favorecem a fiscalização? Como são feitas suas prestações de contas?

## Painel Educacional: “Educação da Infância, o desafio do ensino de nove anos...”

... Contou com a participação da Professora Emília Cipriano Sanches, Doutora em Educação pela PUC-SP, Mestre em Psicologia da Educação, Coordenadora da Consultoria e Assessoria Educacional “Aprender a Ser” e autora

de várias publicações, e do Prof. Artur Costa Neto, Professor da Faculdade de Educação da PUC-SP, Diretor do SINPRO, Sindicato dos Professores de São Paulo e Conselheiro do Conselho Municipal de Educação.

A Profª Emília discorreu sobre

Foto: Fernando Cardozo



O Dr. Edson palestra observado pelos Diretores João e Marisa



O Prof. Artur durante sua palestra, ao lado da Profª Emília Cipriano e das Diretoras do SINESP Cidinha e Egle

as **"Implicações Pedagógicas do Ensino de nove anos"**, lembrando que a pedagogia da Infância é marcada por várias linguagens, interações e significados. "Não podemos nos esquecer que trabalhar com a infância, é marcar vidas", disse a Profª Emília. Ela começou sua participação no Fórum do SINESP instigando os presentes para a necessidade, na Educação Infantil, de intensa interação com o outro: "Onde estão os espaços de convivência nas nossas escolas?", e convidando à aprendizagem com as crianças: "O que aprenderam hoje com as crianças?".

A Profª Emília falou da necessidade de mudar as crenças dos educadores, de afinar olhares, de entender o processo de construção dos saberes docentes e do conhecimento. Finalizou apontando

as dimensões de uma verdadeira Pedagogia da Infância: que seja o espaço organizado para a aprendizagem; que faça o jogo entre a natureza e a cultura, levando em conta a história de vida da criança; que tenha a documentação pedagógica como suporte e o planejamento que garanta a intencionalidade educativa.

Sobre as **"Implicações Legais do Ensino de nove anos"**, falou o Prof. Artur Costa Neto, que convidou os educadores à luta pelo direito à educação de zero aos dezoito anos, sugerindo que isto se faça por etapas, até alcançarmos um patamar que considere o direito subjetivo ao Ensino Médio. O Prof. Artur considera que a Lei que institui o Ensino de 9 anos mudará pouco o panorama da educação, uma vez que esta nada acrescenta com

relação ao que já era possível, ou seja, a possibilidade de frequentar a 1ª série aos seis anos de idade. A real necessidade da educação nacional, a seu ver, é o maior aporte de recursos na área, o que só será possível através da derrubada do veto presidencial no Plano Nacional de Educação. Entre as questões às quais os Municípios deverão se ater na implantação do Ensino de nove anos, o Prof. Artur destacou: a necessidade de concepção mais ampla com relação às carreiras docentes, superando a visão de um professor para a Educação Infantil e outro para o Ensino Fundamental, ou um professor de 5ª a 8ª série e outro para o Ensino Médio; a necessidade de rever espaços físicos, número de turnos e currículos, nas escolas de Ensino Fundamental, que receberão crianças menores.

## Painel "Educação Integral ou Tempo Integral?"

Neste painel, o SINESP procurou trazer um debate muito presente na Rede Municipal de Ensino de São Paulo, às voltas com a implantação do Programa "São Paulo é uma Escola", cuja propos-

ta é aumentar a permanência do aluno na escola. Foi um momento de reflexão sobre mudanças e como estas interferem no cotidiano escolar.

O tema **"Conceito de in-**

**tegralidade X educação em tempo integral"**, foi desenvolvido pela Profª Maria Júlia Azevedo Gouveia, Psicóloga e Mestre em Educação pela USP-SP, Coordenadora da Área de Educação e Co-





As Prof<sup>as</sup> Maria Júlia (esquerda) e Maria Helena com as Diretoras do SINESP Marilva e Eliana

munidade do CENPEC, Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária.

Na sua abordagem, a Professora Maria Júlia se reportou ao pensamento da educadora equatoriana Rosa Maria Torres, que tem se dedicado ao estudo do conceito de educação integral, em suas várias perspectivas: as dimensões humanas (física, espiritual, emocional, cognitiva), os ciclos da vida (infância, juventude, idade adulta e velhice), as satisfações humanas (participação, criação, proteção, liberdade, compreensão, ócio, liberdade). A Professora Maria Júlia apontou ser o aprendizado, “eixo fundamental para se alcançar todos esses fatores”. “A qualidade da educação”, disse ela, “se julga pela satisfação de todos eles, e os sistemas de aprendizagem, formal, informal, não-formal, devem possibilitar que a aprendizagem de todos seja potencializada”.

Como fatores favoráveis ao sucesso de uma concepção de educação integral, Maria Júlia apontou: a participação, na forma de acesso, informação, comunicação, consulta e decisão; a observação de alguns parâmetros (todos os envolvidos são sujeitos de direitos,

por exemplo); a integração de políticas (educativa, econômica, cultural, etc.).

“Educação integral implica sujeitos aprendentes e ensinantes, espaço, tempo, objetos de conhecimento”, disse Maria Júlia. “Temos que pensá-los todos ao mesmo tempo, sem que um seja mais importante do que o outro”, finalizou ela.

O tema **“Conhecimento ou Acolhimento, ou escola para quê?”** foi levado ao Fórum do SINESP pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Helena Galvão Frem Dias-da-Silva, Psicóloga e Mestre em Psicologia Escolar, Doutora em Educação pela USP-SP, e Docente da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara. A palavra do docente da escola pública foi magnificamente desvelada através da sua participação.

Atualmente, a Prof<sup>a</sup> Maria Helena desenvolve pesquisa sobre o “Trabalho docente, reformas educacionais e escola pública: caminhos e ciladas”. Fez questão de deixar claro que toda a sua experiência vem da estreita proximidade que se empenha em manter com os professores da escola pública, principal alvo de suas pesquisas, em que aparecem como vítimas do

“mal-estar docente” causado por fatores como a ruptura do consenso social sobre a educação escolar, as mudanças de expectativa com relação ao sistema educativo público, a inibição de outros espaços de socialização dos jovens, o aumento das exigências com relação ao professor, entre outros.

As pesquisas que vem realizando a Prof<sup>a</sup> Maria Helena apontam que o professor sofre com as aceleradas reformas educacionais, propostas pelos governos, e que estas vêm ignorando o docente. Inseguro, sempre apontado como culpado pelo fracasso do aluno, o professor vem, paulatinamente, abdicando do importante papel que lhe cabe: o de ajudar o educando a entender o mundo. “A Universidade tem feito importantes pesquisas na área da educação, e elas têm apontado caminhos”, disse a Professora Maria Helena. “É preciso que os governos as considerem ao propor políticas públicas nesta área. Muitas vezes”, finalizou a Professora-pesquisadora, “na elaboração das políticas para a educação, as ONGs são muito mais ouvidas do que a Universidade, o que agrava os problemas da escola pública”



**Maria Benedita de Castro de Andrade**  
Presidente



**Marisa Lage Albuquerque**  
Vice-Presidente



**Dinah Maria Barile**  
Secretária Geral



**Ana Maria Dunkel Bonalumi**  
Vice-Secretária Geral



**Eliana Mandarino G. Bonastre**  
Diretora de Adm. Financeira



**Yone da Silva Moreira**  
Vice-Diretora de Adm. Financeira



**Egle Prescher Iaconelli**  
Diretora p/ Assuntos de Legislação e Defesa dos Direitos dos Filiados



**Carmem Beatriz Stroisch**  
Vice-Diretora p/ Assuntos de Legislação e Defesa dos Direitos dos Filiados (licenciada)



**Marilva Silva Gonçalves Barsan**  
Diretora de Eventos Educacionais



**Neuza Maria Canile Hartman**  
Vice-Diretora de Eventos Educacionais



**Alairse Vivi**  
Diretora Cultural



**Maria de Lourdes Martins**  
Vice-Diretora Cultural



**Aparecida Benedita Teixeira**  
Diretora de Imprensa



**Marilza Gomes da Gama e Silva**  
Vice-Diretora de Imprensa



**Solange Gonçalves de Lima**  
Diretora de Políticas Sociais (licenciada)



**Marcia Sotero Filatro**  
Vice-Diretora de Políticas Sociais



**João Alberto Rodrigues de Souza**  
Diretor de Organização Sindical



**Rosana Blasio Martins**  
Vice-Diretora de Organização Sindical (licenciada)







**Sindicato dos Especialistas de Educação do  
Ensino Público Municipal de São Paulo**

Pça. Dom José Gaspar, 30, 3º andar Centro - CEP 01047-010

Tel. 3255 9794 - [sinesp@sinesp.org.br](mailto:sinesp@sinesp.org.br) - [www.sinesp.org.br](http://www.sinesp.org.br)